



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE HUMANIDADES
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL PARA A EDUCAÇÃO
INFANTIL

LIDINEIDE VIEIRA DA COSTA

“LELÊ AMA O QUE VÊ! E VOCÊ?”: PLANEJANDO CAMINHOS PARA A
EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/03 A PARTIR DO CABELO CRESPO/CACHEADO

GUARABIRA-PB
2018

LIDINEIDE VIEIRA DA COSTA

“LELÊ AMA O QUE VÊ! E VOCÊ?”: PLANEJANDO CAMINHOS PARA A EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/03 A PARTIR DO CABELO CRESPO/CACHEADO

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Educação Étnico-Racial para a Educação Infantil da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) apresentado como requisito avaliativo para a obtenção do título de especialista.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ivonildes da Silva Fonseca

**GUARABIRA-PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C8371 Costa, Lidineide Vieira da.
"Lelê ama o que vê! E você? [manuscrito] : planejando caminhos para a efetivação da lei 10.639/03 a partir do cabelo crespo/cacheado / Lidineide Vieira da Costa. - 2018.
55 p. : il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação Étnico Racial na Educação Infantil) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2018.

"Orientação : Profa. Dra. Ivonildes da Silva Fonseca, Departamento de Educação - CH."

1. Educação étnico-racial. 2. Lei Nº 10639/03. 3. Educação Étnico-racial. 4. Cabelo Crespo. 5. Cabelo Cacheado .

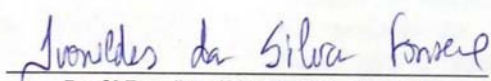
21. ed. CDD 372.011


LIDINEIDE VIEIRA DA COSTA

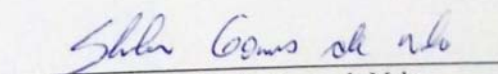
**“LELÊ AMA O QUE VÊ! E VOCÊ?”: PLANEJANDO CAMINHOS PARA A
EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/03 A PARTIR DO CABELO
CRESPO/CACHEADO**

Aprovada em: 07/03/2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dra. Ivonildes da Silva Fonseca
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. José Antonio Novaes
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)


Prof.^a Ms. Sheila Gomes de Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

**GUARABIRA-PB
2018**

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Luis Vieira (Lula), agradeço e seguirei agradecendo eternamente, com um orgulho que não cabe em mim. O melhor exemplo de força, sabedoria, alegria e persistência de quem, mesmo sem ter tido a oportunidade de estudar, me ensinou que a educação pode ser libertadora.

À minha mãe, Maria da Paz, mulher cuja vida dura não tirou de sua essência a crença em dias melhores, o amor e o carinho que sempre me fazem voltar para casa. Às minhas irmãs, Lidiane e Lenilma, e ao meu cunhado, José Severino, obrigado por tudo, vocês são os pilhars robustos que me edificam e enchem minha vida de alegria.

Por ser um ponto de equilíbrio, inspiração e força, agradeço a Reginaldo Ferreira de Medeiros Júnior. Tem sido uma honra tê-lo ao meu lado, desfrutar do seu amor e apoio incondicional.

À minha orientadora, Ivonildes Fonseca, agradeço imensamente pela paciência e pelas contribuições na minha formação. Peço ao universo que preserve essa sua luz, força e voz diante das injustiças, que siga despertando nas pessoas a consciência do que elas são e que, unidos, podemos ir mais longe.

Aos amigos Kleison Amaro, Juliana Silva, Livia Oliveira, Julio César, Taynnã Rodrigues, agradeço a compreensão e “estendidas de mão” quando precisei (e preciso). Agradeço igualmente aos demais colegas que caminharam comigo nessa Especialização, os guardo com imenso carinho.

Agradeço, com saudade, à minha eterna professora Marisa Tayra Teruya (*in memoriam*). Enquanto escrevia essa monografia, lembrava de seus ensinamentos sobre ponto de partida, bagagem e tempo. Obrigada, Marisa!

À Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, Guarabira, meu muito obrigado! Apesar da precária estrutura física do Campus, tenho a sensação que a humanidade de muitos docentes e discentes preenchem os “buracos”, as ausências materiais.

Gratidão, gratidão, gratidão!

RESUMO

O presente trabalho monográfico tem por objetivo fomentar discussões sobre a temática do fenotípico do cabelo crespo/cacheado em sala de aula, pontuando as possibilidades que este adquire quando inserido no currículo escolar, contribuindo para a educação das relações étnico-raciais na educação formal. Essa proposta dialoga, principalmente, com as indicações da Lei 10.639/03 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana buscando, a partir destas, demonstrar a discussão, sobre o cabelo, inserida no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, atentando para o caráter histórico que dispõe, para além da estética capilar. Para desenvolver tal abordagem crítica acerca da concepção social do cabelo crespo/cacheado, a fonte foi o livro de literatura infantil *O cabelo de Lelé*, escrito por Valéria Belém e ilustrado por Adriana Mendonça que, de forma lúdica, se aventuram a demonstrar o traçado ancestral contido no fio de cabelo. Nesse entendimento a pesquisa, de cunho bibliográfico e analítico, buscou construir caminhos e ferramentas didáticas de combate ao racismo, preconceitos e discriminações raciais que se manifestam a partir da textura do cabelo crespo/cacheado desde a infância e que persistem de diversas formas na sociedade brasileira.

ABSTRACT

The present monographic work aims to foster discussions on the phenotype of curly / curly hair phenotype in the classroom, noting the possibilities that it acquires when inserted in the school curriculum, contributing to the education of ethnic-racial relations in formal education. This proposal mainly dialogues with the indications of Law 10.639 / 03 and with the National Curricular Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations and for the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture, seeking, from these, to demonstrate the discussion , on the hair, inserted in the teaching of African and Afro-Brazilian history and culture, considering the historical character that it has, besides the aesthetic capillary. To enrich the development of such a critical approach to the social conception of curly / curly hair, the source was Lelê's hairy children's book, written by Valéria Belém and illustrated by Adriana Mendonça, who playfully demonstrate the plot ancestral hair that is contained in the hair. In this understanding, the bibliographical and analytical research sought to build ways and didactic tools to combat racism, racial prejudices and discrimination that are manifested by the curly / curly hair texture since childhood and that persist in various ways in Brazilian society.

SUMÁRIO

Capítulo I- Introdução.....	9
Capítulo II- Reivindicando e traçando caminhos para a Lei Nº 10.639/2003.....	11
Capítulo III – Significados e ressignificações do cabelo crespo e cacheado na sociedade e na educação: construindo identidades.....	22
Capítulo IV – Literatura infanto-juvenil e cabelo crespo/cacheado: o cabelo de Lelê em perspectiva.....	33
Considerações finais	49
Referências	51

I- Introdução

O trabalho monográfico aqui desenvolvido objetiva fomentar discussões sobre o fenotípico do cabelo crespo/cacheado como temática a ser discutida em sala de aula, pontuando as possibilidades que este adquire quando inserido no currículo escolar, contribuindo para a educação das relações étnico-raciais na educação formal. Para tanto, enxergou-se o cabelo crespo/cacheado como característica estética e enquanto traçado histórico/ancestral possuidores de propriedades identitárias da população negra.

A proposta apresentada dialoga, principalmente, com as indicações da Lei 10.639/03 que versa sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino, bem com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana buscando, a partir destas, demonstrar a discussão sobre o cabelo crespo/cacheado inserida nas referidas normas.

Problematizar a inserção do cabelo crespo/cacheado como temática a ser discutida em sala de aula parte da preocupação com a visão negativa da estética negra ainda presente na sociedade, buscando a partir de então contribuir para uma educação que apreenda as raízes e significados históricos que possuem os cabelos, demonstrando que estes são características naturais do humano e suas diferentes texturas, volume, cores, diz respeito a diversidade étnica da população brasileira.

Nesse sentido, educar para as relações étnico-raciais a partir do cabelo crespo/cacheado visa contribuir para a superação de preconceitos e discriminações raciais manifestadas através desse fenótipo, reforçada pelo padrão branco de cabelo fio reto e a suposta beleza que só quem o possui pode desfrutar. Possuir cabelo crespo/cacheado em uma sociedade racista pode significar conviver com apelidos pejorativos e olhares ressabiados desde cedo, logo, cabe aos estabelecimentos de ensino promover mudanças e contribuir para a formação de uma sociedade antirracista.

Para uma melhor distribuição da proposta, o trabalho foi organizado em quatro Capítulos, a contar com a Introdução que visa apresentar, de modo geral, as páginas que se seguem. No Capítulo II, discutimos o processo de luta que propiciou o nascimento de políticas públicas promovidas pelo Estado, no campo da educação, voltadas para a população negra, sendo de igual teor a discussão do papel da escola, e de todos que a compõem, para que Leis como a 10.639/03 sejam cumpridas.

A partir das indicações do Capítulo II, o Terceiro Capítulo adentra a proposta de discussão do cabelo crespo/cacheado em sala de aula, demonstrando que se trata de uma pauta ainda não superada na sociedade brasileira, que possui respaldo da Lei 10.639/03 e nas normas que a seguem. Preocupou-se em abordar o cabelo como um símbolo da identidade negra, mas que é negligenciado por estar relacionado a um grupo étnico que foi, historicamente, relegado ao lugar de inferioridade. Da mesma forma, buscou-se fornecer indicações da riqueza que o trabalho com tal temática representa na sala de aula.

O Capítulo IV trata de demonstrar um caminho possível para o debate sobre o cabelo crespo e cacheado na sala de aula, fazendo uso para tanto da literatura infanto-juvenil que trata de questões referentes a população negra. Para enriquecer a abordagem crítica do cabelo, utiliza-se o livro de literatura infantil *O cabelo de Lelê*, escrito por Valéria Belém e ilustrado por Adriana Mendonça que, de forma lúdica, se aventura a demonstrar o traçado ancestral que possui o fio de cabelo. Analisamos seus textos e ilustrações com a intenção de instigar educadores e educadoras na utilização da referida obra em sala e também para que, a partir das questões levantadas no livro, se elaborem outras ferramentas de tratamento do cabelo crespo/cacheado na escola.

Nesse entendimento a pesquisa, de cunho bibliográfico e analítico, buscou construir caminhos e ferramentas didáticas de combate ao racismo, preconceitos e discriminações raciais que se manifestam a partir da textura do cabelo crespo/cacheado desde a infância, que persistem de diversas formas na sociedade brasileira e que precisam ser postas para o processo de ensino-aprendizagem de modo a oportunizar uma educação para as relações étnico-raciais no qual todos dispõem de igualdade de direitos.

II- Aspectos históricos da luta negra: reivindicando e construindo caminhos para a Lei N° 10.639/2003

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através do censo demográfico de 2010, utilizando o quesito “cor da pele” e raça¹, apresenta dados significativos sobre a composição da população brasileira na atualidade.

...em 2010, o Brasil contava com uma população de 191 milhões de habitantes, dos quais 91 milhões se classificaram como brancos (47,7%), **15 milhões como pretos (7,6%), 82 milhões como pardos (43,1%)**, 2 milhões como amarelos (1,1%) e 817 mil indígenas (0,4%). A distribuição da população por cor ou raça obtida pelo **Censo Demográfico 2010 difere daquela obtida em 2000. Percebe-se uma redução da proporção de pessoas que se declararam brancas e crescimento das que se declararam pretas, pardas ou amarelas.** A população indígena permanece nos mesmos patamares de importância, enquanto a não declaração a este quesito da investigação praticamente desaparece.² [Grifo nosso]

A identificação étnica da população é aplicada pelo método de autoatribuição, o sujeito escolhe o seu grupo; e o de heteroatribuição, outra pessoa define o grupo de um sujeito, tendo em vista que a entrevista pode ocorrer com apenas um indivíduo da residência³. Logo, percebe-se que, dentro dos quesitos de cor e raça utilizados pelo IBGE, a exteriorização do sentimento de pertencimento a determinado grupo está em movimento constante.

Como atestado, a afirmativa de que o Brasil é um país mestiço biologicamente, devido a trocas genéticas entre diferentes grupos populacionais elencados como “raciais”, assim como culturalmente mestiço, visto os hábitos e costumes da vida social⁴, assenta sua população no pilar da diversidade, diversidade étnico-racial esta que não deveria ser geradora de adversidades, uma vez que o enlace de diferentes povos é característico em toda história da vida humana.

¹ O IBGE utiliza para o quesito cor da pele/raça: branco, preto, pardo, amarelo e indígena.

² IBGE. **Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – IBGE, 2011, p. 75-76. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf Acesso: 19/09/2017.

³ OSORIO, Guerreiro Rafael. A classificação de cor ou raça do IBGE revisitada. In: **Características Étnico-Raciais da População: classificações e identidades**. Rio de Janeiro, 2013, p. 91-92. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf> Acesso: 19/09/2017.

⁴ OLIVEIRA, Fatima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 50, v. 18, 2004, p. 57. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100006 Acesso: 25/09/2017.

Na composição dessa identidade étnico-racial, o “ser negro” não se trata apenas de um dado biológico, como defendido por algumas teorias raciais já superadas do século XIX, mas deve ser compreendido na relação de auto identificação dos sujeitos com determinados grupos étnicos a partir de experiências individuais e/ou coletivas. Como toda construção idetitária, podemos compreender a identidade étnico-racial como:

... o sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico, decorrente de construção social, cultural e política. Ou seja, tem a ver com a história de vida (socialização/educação) e a consciência adquirida diante das prescrições sociais raciais ou étnicas, racistas ou não, de uma dada cultura.⁵

Tratando-se da identidade negra no Brasil, dentre as variáveis do processo que leva ao reconhecimento de si em relação com os outros, afirmar-se enquanto negro é tomar consciência, igualmente, de pertencer a “um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade, para a qual contribuiu economicamente, com trabalho gratuito como escravo, e também culturalmente, em todos os tempos na história do Brasil⁶”, tal como posicionar-se politicamente contra o preconceito racial ou qualquer estigma negativo sobre o negro, reconhecendo nos traços fenotípicos o/ou ancestrais sua história, sem negar a si próprio.

Nesse sentido, é importante problematizar o lugar que ocupa esse percentual da população brasileira que compõe a “raça negra”, partindo do agrupamento de pretos e pardos. Dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) sobre a distribuição econômica, realizada em 2014, informam que a população de raça ou cor preta ou parda compunham o percentual de 76,0% dos 10% com menores rendimentos e apenas 17% no quadro dos 1% com maiores rendimentos, de maneira oposta aos 80% da população branca que ocupava o percentual dos 1% com maiores rendimentos.⁷

A disparidade entre a composição da população e a distribuição de renda produz um material importante para perceber a desigualdade socioeconômica aplicada ao item raça ou cor, mostrando assim como se mantém o poderio econômico branco em comparação aos negros brasileiros. Apesar de representarem a maioria da população, os

⁵ *Id., ibid.*, p. 57.

⁶ MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **A cidadania em construção**: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994, p. 187.

⁷ IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015**/ IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015, P. 89. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>. Acesso: 19/09/2017.

negros encontram-se significativamente entre as camadas economicamente menos favorecidas, conforme dados apresentados.

Compreender o contraste entre a população negra e branca perpassa o processo histórico de formação do Brasil, calcado na exploração econômica, no tráfico dos negros africanos e os mais de trezentos anos de escravização destes, o que veio a deixar marcas profundas na sociedade.

É reconhecendo que estamos distantes de sermos um modelo de sociedade multirracial de convívio harmonioso, com igualdade de oportunidades, que ganham corpo no cenário público nacional lutas para a promoção da igualdade racial, principalmente na denúncia e o combate ao racismo. Cabe pontuar que o racismo pode ser compreendido, em linhas gerais, como:

... um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores.⁸

Em um país que coleciona situações que exprimem o racismo à população negra, o Estado brasileiro foi empurrado a pensar e desenvolver políticas públicas de enfrentamento e combate a esse quadro. Como sabido, movimentações, resistências cotidianas e/ou de grandes repercussões fazem parte de toda a história dos negros e, conseqüentemente, representam momentos importantes para a história do país. Para a constituição desses espaços de diálogo instituídos na esfera estatal, as múltiplas organizações que compõem o movimento negro brasileiro tiveram papel decisivo, atuando em diversos tempos, criando e alargando direitos.

Dado a proporção que as diferentes fases que o movimento negro adquiriu após a proclamação da república em 1889, podemos defini-lo como um movimento de luta da população negra em prol da resolução de problemas na sociedade, particularmente àqueles decorrentes de preconceitos e discriminações raciais, da marginalização destes no mercado de trabalho, no político, cultural e educacional⁹, logo, abrange todas as esferas da vida em sociedade.

⁸ GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **BRASIL**. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, SECAD, 2005, p. 52.

⁹ DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro**: alguns apontamentos históricos. Tempo [online]. 2007, vol.12, n.23, p. 101. Disponível em:

Para este trabalho, interessa considerar a atuação do movimento negro na inserção da temática das relações étnico-raciais no espaço escolar formal. Essa relação existente entre a demanda da população negra e as medidas do Estado para a educação estão sinalizadas no aparato legal que aparece com mais veemência nas últimas décadas do século XX. Tem-se também no mesmo período a emergência de outros movimentos sociais, já que se trata de um período de transição da ditadura civil-militar para o estado democrático de direito, cujo marco legal foi a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A atenção dada pelo movimento negro ao terreno educacional trouxe para o debate com o Estado, e a sociedade em geral, propostas de revisão de conteúdos preconceituosos presentes nos livros didáticos, a importância de investir na capacitação pedagógica interétnica dos professores, revisitação do papel do negro no Brasil e, concomitantemente, a necessidade de uma literatura que fugisse da base eurocêntrica com a inclusão do ensino de história da África nos currículos das escolas¹⁰, contribuindo assim para a criação de medidas de tratamento das relações étnico-raciais na educação.

A escola e os indivíduos que a compõem possuem um papel social importante. Primeiro, enquanto forma de organização de um povo, as questões que incidem na escola decorrem da sociedade na qual está inserida¹¹, logo, funciona como uma espécie de termômetro das relações humanas. Ao mesmo tempo, já que os preconceitos e discriminações que circundam a sociedade são encontradas no seu interior, cabe a esta, orientada pelo papel formador de cidadãos, preparar para a diversidade e impor-se contra a qualquer tipo de preconceito¹².

A educação escolar acompanha grande parte da vida dos indivíduos, atuando na formação da personalidade e visões de mundo que estes constroem ao longo do tempo. Nesse processo que inicia ainda na primeira infância, a instituição escolar contribui para a socialização da criança, pois esta começa a relacionar-se com outras crianças advindas de diferentes famílias, podendo até ser a primeira vivência das diversidades culturais,

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141377042007000200007&script=sci_abstract&lng=pt Acesso: 11/11/2017.

¹⁰ *Id., ibid.*, p.115-116.

¹¹ DIAS, Lucimar Rosa. Políticas públicas voltadas para as diversidades: a igualdade racial na educação infantil – um caminho a ser percorrido. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v. 4, n.2, dez. 2015, p. 39.

¹² MUNANGA, Kabengele. Racismo: esta luta é de todos. **Raça Brasil**, ano 5, n.50, 2000, p.14.

portanto, é uma importante etapa no seu desenvolvimento e gradativa tomada de consciência do mundo¹³.

Sem intencionar realizar uma cronologia dos movimentos, ações e desdobramentos da temática étnico-racial em todo o curso da educação, cabe considerar que, assim como as várias nuances da luta do movimento negro brasileiro, as leis e políticas de ações afirmativas à comunidade negra foram aos poucos sendo pensadas para o ambiente escolar, hora questionando-se a real necessidade de serem firmadas em um país que se vendia como o paraíso racial, em outros momentos reconhecendo sua urgência e buscando também cumprir com compromissos assumidos com órgãos internacionais e em convenções¹⁴ postas anteriormente. Nessa perspectiva,

O salto qualitativo só ocorreu na LDBN nº. 9394/96. O seu artigo 26, § 4º, determina que 'o ensino de História do Brasil levará em conta **as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia**'.¹⁵ [Grifo nosso]

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do ano de 1996 significou, sem dúvida, um pequeno avanço ao explicitar as contribuições do povo africano para a formação do Brasil, mas não incluiu a história destes antes da chegada do colonizador europeu, limitando-se muitas vezes a recontar apenas as faces da escravidão. Afinal, a história do povo africano não se inicia com a chegada destes ao Brasil e negar essa história que antecede é também omitir aos afro-brasileiros sua história.

As discussões acerca da nova LDBN surgem ainda na década de 1980 no contexto de ebulição dos movimentos sociais, dado as expectativas e então promulgação da Constituição de 1988, ocorrendo também marcos nas manifestações do movimento social negro, como o Centenário da Abolição no ano de 1988 e também, em 1995, os 300 anos da Morte de Zumbi dos Palmares, pressionando a esfera estatal para a criação de políticas nacionais de combate ao racismo e as desigualdades¹⁶. O racismo tornou-se então, através da Lei 7.716/89, crime inafiançável a ser punido com restrição de liberdade.

¹³ LIMA, Thaís de Oliveira. Sei que existe, mas não quero ver: o preconceito com crianças negras na educação infantil. *Itinerarius Reflectionis*, vol.1, n.10, 2011, p. 5. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/20447> Acesso: 22/09/2017.

¹⁴ A exemplo da Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino, em 1968.

¹⁵ DIAS, Lucimar Rosa. *Políticas...*, *op. cit.*, p. 6.

¹⁶ DIAS, Lucimar Rosa. Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais - da LDB de 1961 a lei 10.639, de 2003. In: ROMÃO J. (Org.). **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília, DF: Secad, 2005. p. 8.

No ano seguinte à Lei de Diretrizes, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são apresentados como ação afirmativa, atendendo as orientações da III Conferência Mundial contra o Racismo e a pressões do movimento negro¹⁷. Os Parâmetros Curriculares Nacionais propuseram a valorização e combate à discriminação racial ao incluir, como tema transversal, o volume nº 10 que tratou da pluralidade cultural e de orientação sexual, ambos temas merecedores de atenção.

A melhoria do terreno legislativo educacional ocorreu no ano de 2003 com as alterações dos artigos 26-A e 79-B da LDB¹⁸, via instituição da Lei nº 10.639/03¹⁹, que após “décadas de mobilização política de movimentos sociais negros brasileiros em articulação com inúmeros parceiros (...) tornou obrigatória a Educação das Relações Étnico-raciais, a História da África e a Cultura Afro-brasileira²⁰” nos estabelecimentos de ensino.

A Lei nº 10.639/03 (...) pode ser considerada uma reivindicação do Movimento Negro e de organismos da sociedade civil, de educadores e entendida como uma resposta do Estado às demandas em prol de uma educação democrática, que considere o direito à diversidade étnico-racial como um dos pilares pedagógicos do País, especialmente quando se consideram a proporção significativa de negros da população brasileira e o discurso social que apela para a riqueza dessa presença.²¹

“Sabe-se que da lei à nova mentalidade e à ação efetiva, há muito que desfazer, refazer e fazer”²², no entanto, a Lei nº 10.639 aponta para a afirmação de uma questão racial, negra, que necessita ser vislumbrada e tratada pela escola. Esclarece que as relações étnico-raciais no Brasil, ao contrário da ideia de democracia racial, não são vividas de forma satisfatórias e que a educação deve posiciona-se para promover uma formação cidadã voltada para a diversidade e igualdade de condições.

¹⁷ DIAS, Lucimar Rosa. **Políticas...**, *op. cit.*, p. 44.

¹⁸ No ano de 2008, a Lei 11.645 alterou novamente a LDB para incluir as populações indígenas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm Acesso: 22/09/2017.

¹⁹ Lei 10.639/03, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm Acesso: 22/09/2017.

²⁰ ROCHA, Solange P. Identidade racial e cidadania na educação infantil. In: FONSECA, Ivonildes da Silva, COSTA, Marta Furtado, CHAGAS, Waldeci F. (Orgs). **Estudos étnico-raciais na educação básica**. João Pessoa: Ed. Imprell, 2016, p. 65.

²¹ GOMES, Nilma Lino. As práticas pedagógicas com as relações étnico-raciais nas escolas públicas: desafios e perspectivas. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/03**. Brasília: MEC; Unesco, 2012, p. 19.

²² SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), 2007, p. 499. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2745/2092> Acesso: 22/09/2017.

Não é necessário ir muito longe para compreender o quão assertivo é a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileiro e Africana para o combate ao racismo e a formação anti-racista da sociedade brasileira. Antes de qualquer outra contribuição que a implantação a 10.639/03 possa trazer, devemos considerar que “o objetivo desta lei em longo prazo, assim como muitas das ações afirmativas (...), é desfazer a cultura racista do Brasil e mostrar a importância da população negra na construção da sociedade (...) compreendendo as dívidas históricas e tentando repará-las²³”.

Por conseguinte, a literatura da 10.639/03 toca em pontos primordiais. Já no inciso primeiro do Artigo 26-A, no que se refere ao conteúdo programático, o estudo da África e dos africanos e a luta dos negros são ressaltados, indo para além da história tradicional que tratava o negro apenas a partir da chegada ao Brasil na condição de escravizado. Essa imagem construída sobre o negro africano contribui diretamente para uma visão ruim do “ser negro” no Brasil, já que os referenciais positivos de sua história são deixados de lado.

É importante valorizar esse ponto exclusivo da cultura africana e afro-brasileira dentro das escolas, para que as crianças negras entendam que seus antepassados negros não eram escravos, eles estavam sendo escravizados, mas que suas histórias se fazem numa amplitude muito mais rica, de cultura plural e resistência severa ao domínio, as crianças negras precisam saber que seus antepassados foram grandes reis e rainhas tirados de suas dinastias para forçadamente tornarem-se escravos.²⁴

Não se trata de negar que houve escravidão, mas considerar que ser africano/afro-brasileiro, negro, não é sinônimo de escravidão, de passividade ou fraqueza, mas envolve condicionantes ligados a exploração econômica, de exercício de domínio em condições específicas. A Lei 10.639/03 possibilita que desbravemos uma África dos africanos, organizada e dotada de riquezas a seu próprio modo e em seu próprio tempo.

Ao enfatizar a população negra no cenário brasileiro, suas contribuições para a formação da sociedade nacional não são restringidas a um aspecto específico, mas considera que o negro participou nas áreas da cultura, da economia, política, ou seja, não há espaço na estruturação do Brasil sem que o negro esteja presente. De igual valor é a

²³ ALENCAR, Erick Cauann M., VARELA, Gabriely Nascimento. A importância do combate ao racismo no ambiente escolar – Lei 10.639/03 e as dificuldades em sua efetivação. **III Congresso Nacional de Educação**, 2016, p. 9. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA9_ID768_17_082016212612.pdf Acesso: 20/09/2017.

²⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 7.

inclusão de tais conteúdos durante todo o calendário escolar, não ficando restrito a uma data festiva, entre outros aspectos positivos que poderiam ser elencados.

Evidente que a escola não é o único espaço de difusão do saber, não lhe cabe sozinha a responsabilidade da educação dos sujeitos. Nesse processo formativo, estão presentes a família, experiências e vivências em sociedade, mas o ambiente escolar é significativo por ser “um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero²⁵”, entre outros. Cabe a esta instituição, junto com o aparato estatal competente, atentar para o ensino que está sendo posto em sala.

Junto a alterações trazidas pela Lei nº 10.639/03 à LBDN, tem-se a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) que buscou atuar na criação de ações afirmativas. Na Educação, para encaminhar as demandas de promoção da igualdade racial foi instituída a Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), ainda no ano de 2003.

Com o intuito de organizar os caminhos para a efetivação da 10.639/03 nas instituições de ensino, o Conselho Nacional de Educação (CNE) lançou, no ano de 2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (DCNERER) que trata de questões normativas e reguladoras, ofertando referências para ações que devem ser desenvolvidas no âmbito escolar.

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e seus direitos. **A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.**²⁶ [Grifo nosso]

O referido trecho das DCNERER considera os impactos pedagógicos provocados por essa reformulação do currículo escolar e considera também que o estudo da temática

²⁵ GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. *Aletria*, 2002, p. 39. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/viewFile/1296/1392> Acesso: 26/09/2017.

²⁶ BRASIL.CNE. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. RESOLUÇÃO Nº 1, de 17 de JUNHO de 2004, p. 17.

africana e afro-brasileira não é apenas “coisa de negro”, como o senso comum muitas vezes atribui, pejorativamente, determinadas atividades e discussões que envolvem o negro. Para tanto, sustenta que estes estudos são relativos a todos os brasileiros que, enquanto sujeito sociais, devem contribuir para a formação de uma sociedade mais democrática e cada vez menos desigual.

Ainda sobre o significado da lei 10.639/03 para a educação, as Diretrizes aguçam a percepção da Lei para além da inserção obrigatória de conteúdo no currículo escolar, nos impelindo a repensar “relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para a aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas²⁷”, entre outros pontos primordiais para se verificar a aplicação real da norma legal.

É certo que essa breve discussão da trajetória dos movimentos sociais negros, as lutas e reivindicações que possibilitaram a inclusão e alargamento da história e cultura africana/afro-brasileira no sistema educacional formal, bem como os ditames da Lei 10.639/03, os seus encaminhamentos consubstanciados nas DCNERER, instiga a pensar como as relações étnico-raciais estão sendo tratadas nos espaços escolares na atualidade, quatorze anos após a sua promulgação, esta é cumprida?

... é preciso dar dois passos sempre. O primeiro é a lei, o segundo é o estabelecimento de políticas públicas que a efetivem. Quanto tempo decorre entre um passo e o outro será definido pela capacidade de intervenção dos movimentos e a permeabilidade que tais intervenções tenham junto aos governos. Fundamental é saber que do discurso de escolas sem distinção, chegamos a escola que começa a distinguir para compensar processos desiguais entre a população brasileira.²⁸

Nessa continuação, nota-se o avanço que significou a publicação da Lei 10.639/03 e os encaminhamentos que a seguiram, ao mesmo tempo indaga-se sobre a sua efetivação real, sobre o risco de cair no esquecimento e torna-se pauta secundária nas mãos dos governantes. Apesar de carregar o peso de ser uma norma jurídica, sabemos que para ocorrer no cotidiano das escolas, outros elementos precisam estar presentes, tanto estruturais, quanto humanos.

Perseguindo os trajetos para a efetivação da DCNERER, após dez anos da Lei 10.639/03, o CNE lançou o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e

²⁷ *Id., ibid.*, p. 17.

²⁸ DIAS, Lucimar Rosa. **Quantos...**, *op. cit.*, p. 15.

Cultura Afro-Brasileira e Africana no ano de 2013. O objetivo foi “colaborar para que todos os sistemas de ensino cumpram as determinações legais com vistas a enfrentar as diferentes formas de preconceito racial, racismo e discriminação²⁹”, reafirmando mais uma vez o compromisso e as atribuições que correspondem a federação, estados e municípios.

Nesse processo de (re)educação das reações étnico-raciais nos estabelecimentos de ensino brasileiro, o professor é uma figura primordial. Não devemos ter a falsa impressão que sozinho o educador tem o poder de revolucionar a educação e inserir tais debates étnicos com sucesso, mas é possível afirmar que sem sua sensibilidade para a temática, torna-se impossível o cumprimento da Lei nº 10.639/03. Logo, cabe aos “educadores e educadoras, a tarefa pedagógica, política e social de desnaturalizar as desigualdades raciais como um dos caminhos para a construção de uma representação positiva sobre o negro e de uma pedagogia da diversidade³⁰”.

Não é fácil fornecer referenciais para uma identidade negra positiva em uma sociedade introjetada pelo preconceito racial. Nas escolas, o alunado negro depara-se, ainda muito cedo, com o estigma da inferioridade e discriminação, expondo-os a exclusão “como alguém que, devido ao seu meio sociocultural e ao seu pertencimento étnico/racial, já carrega congenitamente alguma ‘dificuldade’ de aprendizagem e uma tendência a ‘desvios’ de comportamento, como rebeldia, indisciplina, agressividade e violência³¹”.

Para além dessas “medidas” que são dadas de acordo com a cor da pele, os negros brasileiros são forçados a lidar também com situações que ridicularizam os seus traços fenóticos, como o formato de seus narizes, as texturas de seus cabelos, entre outros. Notícias que dão conta de abordar tais situações de racismo e discriminação são comuns na sociedade atual e a valorização das características corpóreas do negro ainda deixa muito a desejar na educação, principalmente porque para promover esse debate é necessário dialogar com materiais que não estão prontos nos livros didáticos e demais instrumentos de ensino.

A construção de um ideário branco, que intervém até nos traços físicos visíveis, impondo quais características se deve ter para ser aceito socialmente, e não tendo, o que

²⁹ Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ministério da Educação - SECADI. Brasília: MEC, SECADI, 2013, p. 19. Disponível em: http://www2.tce.rs.gov.br/pvrweb/PK_PORTAL_AGENDA_BLOBS.ptc_agenda_blob?p_anexo=5711 Acesso: 18/12/2017.

³⁰ GOMES, Nilma Lino. **Educação...**, *op. cit.*, p. 42.

³¹ *Id.*, *ibid.*, p. 41.

se pode fazer para parecer possuir, é extremamente cruel. Torna-se importante abordar esse aspecto da vida que afetam crianças, jovens e adultos negros, principalmente por que a aceitação da imagem que o indivíduo negro possui sobre si compõe sua identidade, representa a maneira como ele se vê e comunica-se com o mundo.

Mediante os caminhos percorridos até a inclusão da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos escolares, dessa guinada para a reeducação das relações étnico-raciais, observa-se que muito se avançou, mas que ainda há muitas formas de contribuir para o debate e efetivação das normas jurídicas que buscam estabelecer uma educação para a diversidade, para o reconhecimento e valorização do outro em sua própria particularidade.

Com essa breve exposição transitou-se por alguns pontos considerados importantes para a compreensão da temática negra nos currículos das escolas, buscou-se demonstrar também que as leis educacionais e seu aparato, como um todo, não surgem da noite para o dia, mas são resultados de anos de debates e enfrentamentos políticos. Os embates estão presentes na criação e efetivação das normas jurídicas estabelecidas para a educação e, enquanto educadores, possuímos uma tarefa que não cessa na sala de aula, seguindo também para o desafio de pensar e elaborar novos traçados para a educação étnico-racial.

Pensando nisso, a proposta de trabalho aqui posta busca colaborar para a valorização da identidade negra a partir de um fenótipo da população afro-brasileira que, apesar de estarem presentes na cabeça de boa parte dos sujeitos, são ainda relegados ao lugar de inferioridade. Estamos assim falando do cabelo crespo/cacheado.

Dessa forma, como demonstrado no decorrer do texto da DCNERER, temos pedagogias de combate ao racismo e a discriminação por criar e, além disso, temos referenciais positivos a construir, logo, é urgente a discussão e criação de estratégias que juntem forças a efetivação da Lei nº 10.639/03, principalmente quando tratamos do cabelo crespo/cacheado e as inúmeras situações de preconceito e discriminação que deles se originam. Isso pode suscitar o questionamento se a referida Lei pode ser cumprida a partir da abordagem crítica do cabelo do negro, assim como indagar o que cabelo tem a ver com identidade negra, logo, debateremos tal aspecto nas páginas seguintes.

III- Significados e ressignificações do cabelo crespo e cacheado na sociedade e na educação: construindo identidades

O cabelo humano é constituído, basicamente, pela alfa-queratina, uma proteína que forma milhares de cadeias entrelaçadas em formato espiral, sob a forma de placas sobrepostas que originam um fino “cordão” proteico. A partir da interação dessas proteínas que ocorre de várias maneiras, chegamos na aparência característica de cada fio³², dando vez a cabelos lisos, crespos, ondulados, entre outros. Estamos assim tratando de um mecanismo biológico, mas que adquire significados distintos em sociedade.

Nesse quesito, podemos considerar que o corpo humano é constituído “biologicamente e simbolicamente na cultura e na história”³³, desencadeando socialmente diversos significados. Logo, respeitando as características particulares de indivíduos e grupos, a discriminação pela textura do cabelo não deveria se impor na sociedade, no entanto, como discutido no capítulo anterior, o cabelo crespo/cacheado possui ligação com a visão negativa da questão racial negra, fazendo com que lhes seja tratado como traço de inferioridade.

No caso do corpo negro, os mais de trezentos anos de regime escravocrata fundamentou-se nesse corpo para diferencia-lo e justificar a servidão, maquiando interesses econômicos e políticos. A cor da pele, o formato do nariz, a boca, o tipo de cabelo, entre outros, fora utilizado para comparar com o corpo branco europeu colonizador, formulando um tipo humano aceitável que se arrasta até os dias atuais³⁴, condicionando nossos olhares à atribuir ausência de beleza a tudo que não compactua com esse ideário de branquura, inclusive discriminando-os.

Apesar da aparente neutralidade que alguns podem atribuir ao papel do cabelo, desacreditando que este merece um trato pedagógico e um olhar mais atento, o cabelo crespo/cacheado, junto com a pele negra, são os fenotípicos mais visíveis e passíveis de preconceito, discriminação racial e racismo. Assim como só fazem sentido dentro da lógica de distribuição racial, “a forma como o par – cor da pele e cabelo – é visto no

³² Fio de cabelo. Disponível em: <http://www.biologia.secd.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=410&evento=3> Acesso: 23/11/2017.

³³ GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?** p. 41. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03.pdf> Acesso: 23/11/2017.

³⁴ *Id., ibid.*, p. 21.

imaginário social brasileiro pode ser tomada como expressão do tipo de relações raciais aqui desenvolvido³⁵, se apresentando de maneira conflituosa no Brasil.

O cabelo no negro na sociedade brasileira expressa o conflito racial vivido por negros e brancos em nosso país. (...) O cabelo do negro, visto como “ruim”, é a expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste.³⁶

A atribuição do “bom” e do “belo” ao cabelo liso, fio reto, gera traumas significativos na vida dos indivíduos, levando-os a tentativas de enquadrar-se nesse padrão ainda na infância, de forma até criminoso, dado o uso de produtos químicos em crianças e adolescentes. A ressignificação de sua estética via mecanismos de alisamento mecânico, a exemplo das chapinhas, ou mesmo através de procedimentos com químicas agressivas ao fio capilar, demonstra a tentativa de sair desse lugar de inferioridade imposto³⁷. Mesmo quando não submetidos a processos químicos, é na infância que as mães começam a trançar os cabelos dos filhos, muitas vezes na tentativa de tornar mais aceitável a aparência do cabelo aos outros indivíduos.

Apesar de estarem na mira da discriminação e do racismo brasileiro, há de se considerar o “papel desempenhado pelos cabelos, assim como a cor da pele, na construção da identidade negra, fato que determina de maneira marcante como o negro se vê e como ele é visto perante a sociedade³⁸”. Nesse sentido, podemos considerar que “o cabelo é um dos principais elementos de afirmação de identidade da população negra e é, também, o símbolo representativo do desafio enfrentado pelos sujeitos num espaço em que ainda prevalecem os padrões de beleza europeus³⁹”. Sobre a identidade negra, como já pontuado de forma breve no capítulo anterior:

A identidade negra é entendida (...) como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro.⁴⁰

³⁵ GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. p. 8 Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelo-como-s%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf> Acesso: 23/11/2017.

³⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 3.

³⁷ SANTOS, Ana Lucia da Ressureição, CONCEIÇÃO, Milena Barbosa, BRITO, Dyane. **Cabelo...**, *op. cit.*, p.3.

³⁸ GOMES, Nilma Lino. **Corpo...**, *op. cit.*, p. 2.

³⁹ PEREIRA, Rafaela. Corpo, cabelo e identidade. **LITERAFRO**, p. 2. Disponível em: <http://150.164.100.248/literafro/data1/arquivos/nilmaresenharafacla.pdf> Acesso: 30/11/2017.

⁴⁰ GOMES, Nilma Lino. **Alguns...**, *op. cit.*, p. 43.

Nesse seguimento, além do cabelo crespo/cacheado apresentar-se como fenótipo da população negra, não os submeter a processos para torna-los lisos é também símbolo de aceitação e resistência ao ideário de branqueamento, bem como um marcador da identidade no tocante a forma como o sujeito negro se enxerga e se expressa diante do outro, se coloca diante do mundo.

... o estilo de cabelo, o tipo de penteado, de manipulação e o sentido a eles atribuídos pelo sujeito que os adota podem ser usados para camuflar o pertencimento étnico/racial, na tentativa de encobrir dilemas referentes ao processo de construção da identidade negra. Mas tal comportamento pode também representar um processo de reconhecimento das raízes africanas assim como de reação, resistência e denúncia contra o racismo. E ainda pode expressar um estilo de vida.⁴¹

Dentre as várias significações que podem ser postas pela adoção ou não do cabelo natural, é importante pontuar que é perfeitamente possível identificar-se enquanto negro e submeter-se a algum procedimento com o objetivo de tornar o cabelo liso, desde que isto não seja um imperativo do padrão de beleza branco difundido socialmente, padrão que é verbalizado com palavras depreciativas ao cabelo do crespo/cacheado, mas também encontra-se presente, de forma sutil, em revistas de moda, programas de TV, propagandas, entre outros.

A ativista Ana Carolina Cerqueira, do *coletivo Preta Power*, em artigo publicado no site do *GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra*, sob o título de *Empoderamento: não é sobre o tamanho do seu black power*⁴², atenta justamente para o ato de deixar o cabelo natural como um exercício de autoconhecimento que leva algum tempo e, sobretudo, a desconstrução de valores estéticos e o fortalecimento de novos valores. Além disso, é pontuado a conscientização da dimensão política que diz respeito a construção social que o cabelo se encontra envolvido e, também, o agrupamento às lutas de combate ao racismo e outros tipos de discriminação.

Tão longo, cabe considerar a dificuldade de se construir referências positivas do cabelo crespo e cacheado, principalmente pela associação desse cabelo a algo ruim, feio,

⁴¹ SANTOS, Ana Lucia R., CONCEIÇÃO, Milena Barbosa, BRITO, Dyane. **Cabelo, cabeleira, cabeluda, descabelada**: a importância do cabelo na construção da identidade da raça negra. III Encontro Baiano de Estudos em Cultura, p. 3. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Cabelo-Cabeleira-Cabeluda-Descabelada-A-importancia-do-cabelo-na-construcao-da-identidade-da-raca-negra.pdf> Acesso: 30/11/2017.

⁴² Ana Carolina Cerqueira. **Empoderamento: não é sobre o tamanho do seu Black Power**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/empoderamento-nao-e-sobre-o-tamanho-do-seu-black-power/> Acesso: 30/11/2017.

malcuidado, concepção histórica que remota a visão do “cabelo que é do negro escravo”, portanto, novamente, esbarra no estigma da inferiorização, da incapacidade.

Os linhames que sustentam a construção identitária negra inicia já no seio familiar, nas primeiras relações dadas no grupo social mais íntimo e, gradativamente, vai se desdobrando e criando ramificações a partir de outras experiências do sujeito⁴³. Sabe-se que boa parte dessas experiências do indivíduo negro transcorre na escola e esta deve tratar, além de combater qualquer manifestação de discriminação, da valorização da história, da cultura e, também, dos traços e características do humano, principalmente quando estes traços são símbolos de distinção negativa e causa de preconceitos raciais, como é o cabelo crespo/cacheado.

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as). Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável, quando discutimos, nos processos de formação de professores(as), sobre a importância da diversidade cultural?⁴⁴

A reeducação para as relações étnico-raciais nas escolas não pode ignorar os próprios acontecimentos que se processam em seu interior pois, para quem possui cabelo crespo/cacheado, o cotidiano da escola é facilmente lembrado pelos apelidos depreciativos. Cabelo de bruxa ou de bucha, cabelo de Bombril, cabelo de piaçava, juba de leão, “vai arrumar esse cabelo”, entre tantos outros, são lembranças que sobrevivem na memória até a idade adulta e poucos são poupados de tais constrangimentos.

O cabelo cacheado, por exemplo, ainda é mais bem visto aos olhos dessa sociedade padronizada do que o cabelo crespo. Como lhe é característico, muitos cabelos crespos não apresentam um caimento lateral, cresce para cima; fato que a militância negra ressignificou, num propósito de construção positiva, a explicação: os cabelos crescem para cima em conexão com forças celestes. No caso dos cacheados, a mentalidade social racista repete que o volume do cabelo também deve ser mantido sob controle, pois pode causar a impressão de falta de cuidado, como se o cabelo fosse algo que merecesse ser domado, contido.

Esse quadro discriminatório e racista tende a se agravar quando a dupla cor da pele e cabelo crespo/cacheado estão postos em um mesmo sujeito. Certamente, o processo

⁴³ GOMES, Nilma Lino. *Alguns...*, *op. cit.*, p. 43.

⁴⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 43.

que leva alguém de pele com quantidade maior de melanina a assumir seu cabelo natural é bem mais difícil do que àqueles que possuem pele clara, mas pode-se considerar que é igualmente libertador.

Em uma busca rápida na internet, as notícias que relatam casos de pessoas que sofreram algum tipo de preconceito ou racismo por usar normalmente os seus cabelos crespos/cacheados se aglomeram e as crianças e adolescentes são os principais alvos. No mês de dezembro do ano de 2013, por exemplo, o site de notícias *g1.com São Paulo* trouxe para suas páginas o caso de um colégio em Guarulhos que pediu para a mãe de um aluno, de 8 anos, cortar o cabelo crespo de seu filho. No bilhete, a direção da escola pedia para que o garoto usasse um corte de cabelo mais curto, que não caísse no olho e, após a recusa da mãe, o colégio rebateu com a afirmativa que “cabelo [black power] não é usado no colégio pelos alunos”, além de ser “cheio, crespo e inadequado”. Para o caso, foi aberto um inquérito por racismo⁴⁵.

Mas, se dado o ano, achemos que isso é notícia velha, o site eletrônico *Pragmatismo Político*, no mês de março de 2017, noticiou um fato ocorrido em uma creche pública no Distrito Federal – DF. O chamamento *Por que a professora só não quis lavar o cabelo da única criança negra?* trata do caso de uma criança negra de apenas quatro anos que, segundo a mãe, havia chegado em casa chorando e alegando não querer mais retornar à escola, além de pedir para que seu cabelo fosse alisado e relatando ainda que a professora lavou o cabelo de todos os coleguinhas, menos o dela porque era “duro”. O caso foi encaminhado a Polícia Civil, mas a creche interpretou o episódio como “histeria de mãe” e ainda, que a própria mãe pediu informalmente para o cabelo da criança não ser lavado, o que não há registros e é contestado pela mãe como uma informação mentirosa⁴⁶.

Relatos como estes podem ser enquadrados na Lei de Injúria Racial, previsto no Código Penal brasileiro, porém passível de condenação sem restrição de liberdade do praticante do crime, bem como na Lei n. 7.716/89 que versa sobre Racismo que, como

⁴⁵ Colégio em Guarulhos pede que aluno corte cabelo crespo, de 05/12/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/12/colégio-em-guarulhos-obriga-menino-cortar-o-cabelo-crespo.html> Acesso: 01/12/2017.

⁴⁶ Por que a professora só não quis lavar o cabelo da única criança negra?, de 29/03/2017. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/03/por-que-a-professora-so-nao-quis-lavar-o-cabelo-da-única-crianca-negra.html> Acesso: 01/12/2017.

mencionado anteriormente, é imprescritível e inafiançável⁴⁷. Dado a pena de reclusão, o crime de racismo, muitas vezes, tende a ser arguido como injúria racial.

Diante dessas formas de condenação de atos racistas e discriminatórios, um número considerável de palavras depreciativas em contexto de igual teor depreciativo, de cunho racial, é praticado nas escolas pelos próprios colegas, crianças e adolescentes que devido os espaços de sociabilidade, reproduzem os estigmas da sociedade racista. E o que fazer nesses casos?

Como bem posto pelo antropólogo Kabengele Munanga⁴⁸, ninguém nasce racista, logo, é imprescindível reconhecer os condicionantes sociais que levam pessoas, ainda muito cedo, exporem atitudes racistas. É necessário reconhecer que a escola carrega um papel social e educativo importante para a desconstrução de estereótipos e atitudes preconceituosas para com o negro.

O discurso pedagógico proferido sobre o negro, mesmo sem referir-se explicitamente ao corpo, aborda e expressa impressões e representações sobre esse corpo. O cabelo tem sido um dos principais símbolos utilizados nesse processo, pois desde a escravidão tem sido usado como um dos elementos definidores do lugar do sujeito dentro do sistema de classificação racial brasileiro.⁴⁹

Como se tentou demonstrar, podemos atestar que o tema do preconceito, da discriminação racial praticados a partir do fenótipo do cabelo crespo e cacheado está presente na sociedade e reflete na escola, portanto, não deve ser ignorado. Se estamos dispostos a educar para as relações étnico-racial, não podemos tratar do negro apenas na superfície, é necessário está atento para situações que ainda sobrevivem na atualidade e são silenciadas, compactuando com visões e práticas excludentes.

Há diversas maneiras de abordar a temática do cabelo crespo/cacheado em sala de aula, mas a melhor delas, certamente, é que não seja apenas em uma festividade, por exemplo, do Dia da Consciência Negra. Que seja posto ao alunado a afirmativa que todo cabelo é lindo, que a diferença entre os fios não tem relação alguma com inferioridade, com inexistência de beleza ou com o que é “ruim” ou “bom”. Logo, construir metodologias, ferramentas, bem como utilizar materiais voltados para a temática é de suma importância.

⁴⁷ Ver mais em: Conheça a diferença entre injúria racial e racismo. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79571-conheca-a-diferenca-entre-racismo-e-injuria-racial> Acesso: 01/12/2017.

⁴⁸ MUNANGA, Kabengele. **Racismo...**, *op. cit.*, p. 15.

⁴⁹ GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias...**, *op. cit.*, p. 43.

A Lei nº 10.639/03 oferece respaldo para o trato da questão do cabelo crespo e cacheado em sala. Ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura afro-brasileira e africana, abre-se caminho para a formulação de diversas abordagens sobre a trajetória do negro, mas sem dúvida, existe uma dimensão histórica positiva do cabelo ainda pouco trabalhada nas salas de aula e que contribui para o entendimento que os cabelos crespos/cacheados, mais do que uma questão estética, representam raízes ancestrais, falam da cultura do povo africano no além mar, supera a triste relação simplista do “cabelo de negro escravo”.

Sobre essa dimensão histórica, a função do cabelo aparece em diversas sociedades, mostrando-se como elemento visível do caráter identitário e que diz bastante sobre a organização de um povo. São símbolos de hierarquia, distinguem relações de poder, fora tratado como expressão de força quando para o homem e fertilidade na mulher em algumas culturas. Ornamentar o cabelo com tranças, joias, entre outros, fazem parte da manipulação do cabelo ao longo dos séculos⁵⁰. Para as sociedades africanas, essa relação também está presente, inclusive na civilização do Antigo Egito.

É possível observar desde o Antigo Egito – uma as primeiras civilizações das quais pudemos obter dados – a grande relevância do cabelo nas dinâmicas sociais de diversas sociedades. Os egípcios por exemplo, já mantinham hábitos estéticos que ainda hoje vemos por todo o mundo: cortes, tranças, penteados, tingimento e raspagem de cabelos, fazendo uso inclusive de adornos, apliques e perucas, que já movimentavam um mercado consumidor de cabelos humanos desde aquela época.⁵¹

Para além da tão conhecida civilização egípcia o antropólogo Raul Lody, no livro *Cabelos de Axé: identidade e resistência*⁵², trabalha a dimensão do cabelo e a manipulação deles pelos povos africanos em diferentes tempos e culturas, a exemplo dos Iorubás, dos povos Himba, entre outros. O autor afirma a liberdade das cabeças e penteados africanos.

Livre é a arte de tratar os cabelos: trançados, untados de óleos e gorduras; com pigmentos que vão do barro ao azul índigo; adornados de búzios, penas, fibras, tecidos, ouro, contas de coral, marfim, âmbar, vidro, material reciclado, plástico, metais, papel e tudo o mais que, incluindo no penteado, manifesta

⁵⁰ FELIX, Sayara de Brito. Cabelo bom. Cabelo ruim: a construção da identidade afrodescendente na sala de aula. *Revista África e Africanidades* – Ano 3 – n. 11, 2010. p. 9. Disponível em: http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/01112010_25.pdf Acesso: 02/12/2017.

⁵¹ QUINTÃO, Adriana Maria Penna. *O que ela tem na cabeça?* Um estudo sobre o cabelo como performance identitária. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, 2013, p.14.

⁵² LODY, Raul Giovanni de Motta. *Cabelos de axé: identidade resistência*. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004.

expressão e desejo de experimentar e revelar o belo, que é antes de tudo identidade.⁵³

Essa simbologia diz muito da relação que a cultura africana possui com o corpo, que se mostra como expressão de comunicação com o mundo, sobretudo a cabeça, que é onde habita o sagrado. Os penteados são importantes elementos no processo de construção, fortalecimento, posituação de memórias ancestrais, familiares, cotidianas, entre outras, transpostas a partir da estética do cabelo⁵⁴, logo, não se confia a qualquer um a arte de cuidar do cabelo, já que em mãos erradas podem causar estragos para o espírito do sujeito.

É evidente que o tratamento do aspecto simbólico e, sobretudo, histórico do cabelo para as comunidades africanas exige um aprofundamento da temática por parte do professor pesquisador, pois abrange a capacidade de articular o passado, o presente e construir outras visões para o futuro. No entanto, pode-se fazer uso de figuras que estão presentes no próprio cotidiano do alunado, a exemplo da arte de trançar os cabelos e mesmo, posteriormente, aprofundar a discussão.

Espera-se que o educador veja o cabelo não como algo que o inferiorize aos alunos, mas uma porta de entrada no desempenho da autoestima da beleza negra do discente e demais indivíduos que o cercam, valorizando suas origens e sua identidade. É um trabalho árduo que deve ser feito gradativamente, na progressão de cada sujeito diante dessa temática, pois já se encontram internalizados conceitos de beleza e inferioridade.⁵⁵

Dentre as dificuldades para a construção desses caminhos, há de perceber os estigmas e imagens negativas que fazem parte da concepção racial de muitos professores. Assim, é importante que o professor passe por um processo de formação, mas sobretudo, que este esteja aberto ao diálogo com o conhecimento, que reconheça seu papel e responsabilidade para com a educação das relações étnico-raciais.

... os educadores vêm interessando-se cada vez mais pelos estudos que articulam educação, cultura e relações raciais. Temas como a representação do negro nos livros didáticos, o silêncio sobre a questão racial na escola, a educação infantil, negros e currículo, entre outros, começam a ser incorporados na produção teórica educacional.⁵⁶

⁵³ *Id., ibid.*, p. 13.

⁵⁴ *Id., ibid.*, p. 65.

⁵⁵ FELIX, Sayara de Brito. **Cabelo...**, *op. cit.*, p. 7.

⁵⁶ GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias...**, *op. cit.*, p. 40.

Nesse entendimento, o documento das DCNERER ao tratar da educação das relações étnico-raciais recorre também a sensibilidade e capacidade de direcionamento do professor para mediar relações entre pessoas com pertencimento étnico-racial diferentes, respeitando e corrigindo posturas e palavras que carreguem algum tipo de preconceito. De forma igual, para além de uma efetiva formação, que estes compreendam a importância das discussões que dizem respeito a diversidade étnico-racial e que lidem positivamente com elas, buscando e criando estratégias pedagógicas que possam reeducá-las, quando necessário⁵⁷.

Não é tarefa fácil a construção de uma visão crítica sobre o cabelo, principalmente porque os livros didáticos não são grandes norteadores para esse debate. Preocupados em contar a história da população negra e ressaltar suas trajetórias de forma mais geral, deixam-se de perceber as continuidades do preconceito e do racismo que se encontram cotidianamente e que necessitam de intervenção pedagógica. Esse quadro de total esquecimento dos traços, do corpo negro, vem mudando nos últimos anos, mas ainda não é suficiente.

Após longos anos de debate da questão étnico-racial é possível falar em mudança de comportamento no espaço escolar, nas práticas dos educadores, dos alunos. Algumas ações tomaram lugar no ambiente escolar, mas tal quadro engloba um movimento maior de afirmação da identidade negra e que, certamente, a educação também exerceu, positivamente, sua influência. Na atualidade, é bastante comum encontrar notícias sobre projetos desenvolvidos em escolas que promovem o debate da estética negra, principalmente do cabelo.

No último mês de junho do ano de 2017, o site de notícias UOL noticiou o *Festival de Cabelos Lindos* que ocorreu em uma escola na cidade de Aracaju – SE. O lema do evento foi “*meu cabelo não é moda, é identidade. Solte o cabelo e prenda o preconceito*” e envolveu desde a Educação Infantil ao Ensino Médio, promovendo debates junto aos alunos, com ênfase no cabelo crespo e cacheado, além de desfile mostrando várias texturas de cabelo e cuidados que estes exigem⁵⁸.

⁵⁷ BRASIL.CNE. **Diretrizes...**, *op. cit.*, p. 17.

⁵⁸ Escola faz festival de cabelo crespo e cacheado contra o bullying, de 09/06/2017. Disponível em: <https://estilo.uol.com.br/beleza/noticias/redacao/2017/06/09/escola-faz-festival-de-cabelos-crespos-e-cacheados-contra-o-bullying.htm> Acesso: 02/12/2017.

Nessa marcha em prol do cabelo crespo e cacheado, o movimento negro brasileiro geriu um debate importante. Para tanto, o cabelo é posto como símbolo de afirmação da identidade negra e que, portanto, deve ser expresso.

O discurso da militância negra em torno do cabelo é basicamente contestatório e pretende a destruição de uma imagem dual construída na sociedade ocidental. Nela, o negro encontra-se associado à feiura, à burrice, à sujeira, etc., em contraposição ao branco, visto como bom, belo e justo. O discurso do movimento negro, portanto, propõe uma intervenção simbólica. Na perspectiva do movimento negro, a marca do negro, antes submetido a um processo de manipulação visando ao embranquecimento, torna-se determinante na construção da identidade negra.⁵⁹

Essa postura assumida pelo movimento negro tenta conscientizar os negros e não negros que as diferentes texturas de cabelo não são sinônimo de sujeira ou limpeza. Se antes o negro buscava disfarçar seu cabelo para ser melhor aceito nos espaços de convívio social, ele agora pode fazer o caminho contrário, deixar o cabelo crespo/cacheado natural como símbolo de sua identidade negra.

O movimento de afirmação da estética negra, do cabelo crespo/cacheado, é visível na sociedade, sendo cada vez mais frequente depara-se com cabelos crespos e cacheados, volumosos e soltos nas ruas. Mais que isso, se observarmos com atenção, podemos perceber que boa parte desses cabelos estão em processos de transição capilar⁶⁰, começando a mostrar a textura natural do fio e, em sua maioria, são curtos, provavelmente provenientes de um *big chop*⁶¹ para retirada total da química capilar de alisamentos ou reparação após um longo tempo de uso da chapinha.

Além disso, outro medidor dessa mudança é a quantidade de personalidades que ganharam espaço nas redes sociais, nas plataformas de vídeos, estampando linhas de produtos para cabelos crespos e cacheados. A indústria de cosméticos tem investido bastante em propaganda e produtos para esse público emergente, dada a grande possibilidade de lucro.

⁵⁹ FIGUEIREDO, Ângela. **Cabelo, cabeleira, cabeluda e descabelada: identidade, consumo e manipulação da aparência entre os negros brasileiros**. Caxambu: XXVI Região Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2002, p. 6.

⁶⁰ Período que se dá entre o processo de alisamento químico ou mecânico e a volta do cabelo natural, através do crescimento da raiz.

⁶¹ Medida imediata que busca retirar, de uma vez só, todo o alisamento químico ou mecânico do cabelo através de um corte curto, alcançando a raiz natural do fio.

No mês de julho de 2017, o programa Google BrandLab⁶² divulgou que, pela primeira vez no Brasil, o interesse por cabelos cacheados na aba de “buscas” superou o de cabelos lisos, o que representa um crescimento de 232% em relação ao ano de 2016⁶³. O gráfico demonstrativo utilizado pelo programa atesta esse crescimento também no que se refere a cabelos ondulados e crespos entre 2013 e 2017. Seria então uma revolução dos cabelos?

Caso sim, que esses cabelos crespos/cacheados que brotam nas cabeças dos afro-brasileiros representem também a afirmativa de sua identidade negra, o reconhecimento de sua ancestralidade, as raízes africanas que estão estampadas nos fios. Que sejam, também, sinônimo de beleza, de independência da padronização do branco, que possa a cada dia ensinar que qualquer tipo de cabelo é lindo e que precisamos dessa visão positiva para as gerações futuras.

Para contribuir com essa revolução no uso dos cabelos naturais, retomando um pouco as contribuições que podem ser proporcionadas pela escola, pensemos no quão é imprescindível ter acesso a esse debate ainda cedo, que as crianças cresçam sabendo que não precisam passar por procedimentos de alisamento para não serem discriminadas.

É evidente as transformações nos padrões de beleza dos cabelos, a aceitação dos cabelos crespos e cacheados por parte de quem os possuem, mas, como a educação é a principal porta de entrada para a desconstrução de estereótipos e preconceitos raciais, podemos ainda contribuir muito para a construção de uma sociedade anti-racista, já que o tema do racismo e da discriminação pelos traços do negro então longe serem superados no Brasil.

A educação escolar, como espaço-tempo de formação humana, socialização e sistematização de conhecimentos, apresenta-se como uma **área central para a realização de uma intervenção positiva na superação de preconceitos, estereótipos, discriminação e racismo**. Portanto, a adoção da lei e sua concretização em práticas pedagógicas baseadas na educação para (e na) diversidade demandam a reorganização desse lócus numa perspectiva emancipatória, a revisão da cultura escolar, de currículos, de práticas pedagógicas e de relações sociais entre os envolvidos nesse processo, enfatizando a especificidade do segmento negro da população.⁶⁴ [grifo nosso]

⁶² Programa voltado para estratégia e planejamento digital. Página disponível em: <https://brandlab.withgoogle.com/> Acesso: 19/09/2017.

⁶³ A revolução dos cachos. Disponível em: file:///C:/Users/Lidineide/Downloads/twg_brandlab_cachos_RquhR0J.pdf Acesso: 13/09/2017.

⁶⁴ GOMES, Nilma Lino. **As práticas...**, *op. cit.*, p. 24.

Dentro dessa proposta de educação para as relações étnico-raciais, da efetivação da Lei nº 10. 639/03 a partir de temáticas que perpetuam na sociedade e, também, reconhecendo a insuficiência dos livros didáticos, buscar-se-á, a partir de então, construir uma possibilidade de trabalhar o cabelo em sala de aula ainda na primeira infância, a partir do uso da literatura infanto-juvenil, como esta encontra-se acessível e atual na promoção desse debate. Para tanto, foi selecionado para análise o livro infantil *O cabelo de Lelé*⁶⁵, escrito por Valéria Belém e ilustrado por Adriana Mendonça, cuja primeira edição foi publicada em 2007.

Capítulo III – Literatura infanto-juvenil e cabelo crespo/cacheado: o cabelo de Lelé em perspectiva

Quando publicada em 2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana proferiu sobre a importância de políticas de reparação, reconhecimento e valorização de ações afirmativas, trazendo em seu texto algumas determinações. Dentre elas, estava o aparato que os sistemas de ensino e estabelecimentos de ensino precisariam providenciar para tornar efetiva as obrigações da Lei nº 10. 639/03. A DCNERER assim pontua como necessário:

Edição de livros e de matérias didáticos, para diferentes níveis e modalidades de ensino (...) em cumprimento ao disposto no Art. 26A da LDB, e, para tanto, abordem a pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial da nação brasileira, corrijam distorções e equívocos em obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afrodescendentes, sob o incentivo e supervisão dos programas de difusão de livros educacionais do MEC – Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE).⁶⁶ [grifo nosso]

A deliberação posta pela DCNERER preocupou-se com a carência de materiais didáticos que pudessem abarcar a nova proposta de ensino estabelecido a partir da 10.639/03. Trabalhar conteúdos voltados para a história e cultura africana e afro-brasileira com livros e demais materiais que reforçavam preconceitos raciais, naturalizavam visões discriminatórias, não tenderia a surtir efeitos positivos e muito menos alcançar os resultados esperados nos espaços escolares.

⁶⁵ BELÉM, Valéria. **O cabelo de Lelé**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

⁶⁶ BRASIL.CNE. **Diretrizes...**, *op. cit.*, p. 25.

Uma das lutas que repercutiu nos movimentos sociais negros buscou alertar, justamente, a respeito das visões negativas, estereotipadas e preconceituosas presentes nos livros e demais materiais didáticos, o que passou também a ser pauta nos documentos pósteros a promulgação da Lei 10.639/03.

No Brasil as manifestações de resistência e enfrentamento ao modelo imposto pela colonialidade, no campo da educação se dá por meio das ações e reivindicações dos movimentos sociais, em especial do Movimento Negro. **As denúncias sobre a presença do racismo, preconceito, subalternização do negro nos currículos escolares e livros didáticos e paradidáticos, o silenciamento sobre discriminação racial no ambiente escolar, tencionaram os legisladores a elaboração e implementação de um arcabouço jurídico pedagógico para contrapor-se à hegemonia epistêmica colonial** e, desse modo, possibilitar a descolonização curricular, com a visibilidade de outras lógicas.⁶⁷ [grifo nosso]

Esse empenho em expor não só as práticas de racismo no ambiente escolar, mas também em denunciar de que maneira o negro estava sendo retratado nos materiais didáticos e paradidáticos, utilizados diariamente nas salas de aulas, possibilitou pensar pedagogicamente o ensino e que tipo de educação, até então, estava sendo propagada. Essa atenção dada as ferramentas utilizadas pelo educador gerou, posteriormente, a reformulação e fabricação de materiais voltados para a temática negra, buscando preencher essa lacuna.

No que se refere aos livros paradidáticos⁶⁸ especificamente, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997, estes foram aos poucos ganhando atenção no espaço escolar. Uma das medidas adotadas nacionalmente refere-se à criação, no ano de 1997, do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) que teve por objetivo propiciar o acesso à cultura e o incentivo à leitura no alunado e professores por meio da distribuição de obras de literatura, de pesquisa e de referência⁶⁹. Tal programa destina-se, de forma ordenada, a Educação Infantil, o Fundamental I e II, o Ensino Médio e a educação de Jovens e Adultos.

⁶⁷ ALCARAZ, Rita de Cássia Moser, MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira. A literatura infanto-juvenil como possibilidade de afirmação da identidade negra. Florianópolis: **Revista da Anpoll**, nº 41, p. 55. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/viewFile/873/871> Acesso: 11/11/2017.

⁶⁸ Mesmo sem serem didáticos, os livros e materiais paradidáticos são utilizados para esse fim. Não substituem os didáticos, pois são adotados de forma paralela. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/paradidaticos/> Acesso: 20/12/2017.

⁶⁹ Programa Nacional Biblioteca na Escola. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola> Acesso: 20/12/2017.

O PNBE combina-se com o Programa Nacional do Livro e Materiais Didáticos (PNLD)⁷⁰ para formar o que é chamado “Programas do Livro”, uma iniciativa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no qual o governo federal fornece gratuitamente obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio a educação pública⁷¹ e incentivo à leitura.

Ao tratar, no ano de 2013, sobre os eixos estratégicos para a implementação da Lei 10.639/03, consubstanciada nas DCNERER, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana elencou, igualmente, a política de material didático e paradidático como uma das principais ações operacionais, junto com a revisão curricular, para assegurar a qualidade e continuidade⁷² de tais medidas no processo educacional.

A partir da “imperiosa necessidade de produção de material didático específico, adaptado aos vários graus e às diversas faixas etárias da população escolar brasileira⁷³” causado pela sanção da Lei 10.639/03, os Programas de assessoramento ao campo educacional ganharam responsabilidades que envolveram a atualização dos conteúdos e amparo às escolas com materiais que contemplassem a história e cultura africana e afro-brasileira, agora em uma nova perspectiva.

Como não é pretensão nesse trabalho a realização de uma análise ou estudo aprofundado dos livros didáticos utilizados nas salas de aula, interessa-nos saber que obras literárias chegam as escolas, figuram como uma preocupação das políticas voltadas para a educação formal, mostram-se como um caminho possível nas salas de aula e, uma vez identificada nas escolas, “pode operar numa trajetória de (re)construção e fortalecimento da identidade negra⁷⁴”. Em sociedades multiculturais como a nossa,

⁷⁰ Através do Decreto nº 9.099/2017, as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, contempladas anteriormente pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo PNBE, foram unificadas, passando a autodenominar-se de Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12391& Acesso: 27/12/2017.

⁷¹ Sobre os Programas do Livro. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro> Acesso: 27/12/2017.

⁷² Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ministério da Educação - SECADI. Brasília: MEC, SECADI, 2013, p. 20. Disponível em: http://www2.tce.rs.gov.br/pvrweb/PK_PORTAL_AGENDA_BLOBS.ptc_agenda_blob?p_anexo=5711 Acesso: 18/12/2017.

⁷³ SOUZA, Florentina, LIMA, Maria Nazaré (Orgs.). **Literatura afro-brasileira**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 6. Disponível em: http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_257.pdf Acesso: 18/12/2017.

⁷⁴ ALCARAZ, Rita de Cássia M., MARQUES, Eugênia Portela de S. **A literatura...**, *op. cit.*, p. 54.

aprender e ensinar para as relações étnico-raciais permite diversas aproximações⁷⁵ e assim como o livro didático, a literatura por si só não é suficiente, por isso a indispensabilidade de traçar objetivos e estratégias claras quando utilizada no processo de ensino-aprendizagem.

Para a discussão aqui fomentada, dado o seu poder de achegamento precoce aos indivíduos no espaço escolar, a literatura dispõe de potencial considerável na formação de uma sociedade antirracista. Sobre essa inserção ainda nos primeiros anos de vivência escolar dos sujeitos, a literatura direcionada ao público infantil e jovem pode ser utilizada para trabalhar temáticas sensíveis, que não estão dispostas notoriamente nos livros didáticos e em outros instrumentos de ensino, como ocorre com o cabelo. Sobre esse viés literário:

A literatura infantil e juvenil é um gênero literário indicado para crianças e jovens por meio de um olhar adulto de especialistas e críticos. (...) Na esfera educacional, a literatura infantil e juvenil apresentavam várias modalidades e estabelecem novas possibilidades de leitura conforme as crianças e os jovens leitores exploram os livros. A mediação da leitura nesse caso deve ser orientada conforme o planejamento escolar proposto e a idade dos alunos, compreendendo a esfera literária como importante na formação de futuros leitores e na fruição da literatura por eles.⁷⁶

O quanto antes se adquirir a consciência que possuir cabelos crespos/cacheados consiste em algo natural, que pode ser usado livre ao vento ou como preferirem, mais fácil será para visualizarem nos cabelos crespos/cacheados um símbolo de sua identidade, ligação ancestral através do fio de cabelo, não sofrendo com a “ditadura do cabelo liso/alisado” que impõe padrões não apropriados as características diversas do povo brasileira.

Para alcançar o que podemos chamar de representação positiva e adequada da temática negra nas obras literárias voltadas para a primeira infância, percorreu-se um longo caminho. No caso da produção literária infantil, as primeiras publicações no Brasil são do final do século XIX e começo do século XX, destinando-se a educação formal. Além de abordar conteúdos moralizantes e cívicos, os personagens negros que apareceram na primeira metade do século XX eram tratados na condição de subalternos, traços de uma sociedade que acabara de sair da escravidão⁷⁷.

⁷⁵ SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Aprender...**, *op. cit.*, p. 502.

⁷⁶ ALCARAZ, Rita de Cássia M., MARQUES, Eugênia Portela de S. **A literatura...** *op. cit.*, p. 52.

⁷⁷ JOVINO, Ione da Silva. Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil. In: SOUZA, Florentina, LIMA, Maria Nazaré (Orgs.). **Literatura afro-brasileira**. Salvador: Centro de Estudos Afro-

Na década de 1970, a literatura infanto-juvenil passou a incluir temas ligados as relações étnico-raciais, ao preconceito e a discriminação, percebendo-se um esforço em representar o cenário social brasileiro de forma mais realista, mas que ainda esbarravam na reprodução de imagens e representações que se estava pretendendo romper⁷⁸. Nas últimas décadas do século XX e adentrando o XXI, as lutas e embates que ocorreram na sociedade repercutiram no campo educacional, originando políticas públicas e ações afirmativas direcionadas a população negra, influenciando a revisão e produção literária infantil e juvenil.

Entre as políticas públicas gestadas, a instituição de obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, definida por mudanças no artigo 26A da LDB (pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008), parece ter tido impacto na produção. **De silêncio e invisibilidades passamos a contar com relativo aumento da presença de personagens negras frente a uma branquidade imperante e a normas estéticas arianas. Um olhar, no entanto, às livrarias e bibliotecas, revela, enfim, (...) presença, ainda minoritária, mas constante.**⁷⁹ [grifo nosso]

Interessa ressaltar que, apesar dessa guinada favorável ao tratamento das relações étnico-raciais em sala de aula, obras de literatura que tenham como enfoque a história e cultura africana e afro-brasileira ainda são insuficientes, dado a vastidão de temas possíveis e ainda não trabalhados à fundo (religiosidade, língua, traços fenóticos, etc.). Nesse entendimento, “a literatura infanto-juvenil voltada para a temática afro-brasileira e africana é um espaço privilegiado para a produção de um discurso positivador da diferença, da multiplicidade e de reescrita da ideia de nação homogeneizada⁸⁰”.

Visando uma melhor demarcação dessa produção literária que se voltou para discutir questões sobre a população negra antes relegadas, o emprego do termo “literatura negra” e/ou “literatura afro-brasileira” é frequentemente utilizado. Essas terminologias

Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 187. Disponível em: http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_257.pdf Acesso: 18/12/2017.

⁷⁸ JOVINO, Ione da Silva. **Literatura...**, *op. cit.*, p. 187.

⁷⁹ ARAUJO, Débora Oyayomi C., SILVA, Paulo V. Baptista. Diversidade Étnico-Racial e a Produção Literária Infantil: análises de resultados. In: BENTO, Maria Aparecida S. (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: CEERT, 2012, p. 195. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11283-educa-infantis-conceituais&Itemid=30192 Acesso 02/01/2018.

⁸⁰ PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. **Literatura Negra Infanto-Juvenil: Discurso afro-brasileiro em construção**. Natal/RN: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014, p. 5. Disponível em: http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402019754_ARQUIVO_textoABALuenaPereira.pdf Acesso: 02/01/2018.

dispõem de uma discussão⁸¹ própria que não será aprofundada nesse trabalho, mas que, em resumo, nos convida a pensar o porquê de não precisamos utilizar a expressão “literatura branca” quando nos referimos a determinadas obras literárias e, ao mesmo tempo, diante desse quadro, trata a literatura afro-brasileira como uma “literatura de resistência” diante de produções literárias homogeneizadoras de características eurocêntricas.

Independente da nomenclatura utilizada, é certo que a descentralização de elementos que remetem a branquidade e sua suposta superioridade em relação a história, cultura e traços fenotípicos da população negra na produção literária infanto-juvenil é um grande avanço, principalmente por adentrar as escolas e compor o movimento de ensino-aprendizagem, sendo útil para o debate de (pre)conceitos que estão no cotidiano escolar.

A valorização de características fenotípicas usadas biologicamente, em meados do século XVIII e XIX, como ultrajante e que serviram para subalternizar algumas etnias dentre elas a negra, **ressurge agora na fusão entre corpo e história como um espaço cultural, político e social de afirmação identitária. A transposição dessas características como cor de pele, cabelos e outros traços para a literatura permite uma identificação com um projeto maior, o da descolonização.** (...) A quebra de paradigmas, padrões, preconceitos e estereotípias raciais surge como uma luta pela valorização do negro/negra e funda novas representações por meio de obras literárias na valorização identitária no Brasil.⁸²

Como se almejou demonstrar, as obras de literatura infantil e juvenil que se dispõem a levar conhecimento sobre a população negra e seus múltiplos traçados culturais, históricos, fenotípicos, entre outros, são de valorosa importância para a construção de uma identidade negra positiva e para a construção de uma identidade livre de preconceitos. Nesse processo afirmativo da beleza negra, o cabelo necessita ser revisto, configurando como caminho viável para efetivação das demandas da Lei 10.639/03.

Apesar da literatura, como um todo, não possuir um pacto com a veracidade naquilo que exprime, podemos encontrar em algumas obras da dita literatura afro-brasileira a reprodução do cotidiano de quem passa ou já passou por situações discriminatórias, dentre elas àquelas aplicadas ao fenotípico do cabelo crespo/cacheado. Essas mesmas obras ensinam sobre como desvencilhar-se, agir e reconhecer-se diante de

⁸¹ Para saber mais: FONSECA, Maria N. S., Literatura negra, literatura afro-brasileira: como responder à polêmica? In: SOUZA, Florentina, LIMA, Maria Nazaré (Orgs.). **Literatura afro-brasileira**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 187. Disponível em: http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_257.pdf Acesso: 18/12/2017.

⁸² ALCARAZ, Rita de Cássia M., MARQUES, Eugênia Portela de S. **A literatura... op. cit.**, p. 57.

atitudes que exprimem o preconceito racial, o que pode ser trabalhado desde cedo com as crianças.

... quando as referências das literaturas infantis são semelhantes à da criança onde esta percebe suas características físicas e/ou fenotípicas, aparecem nas tramas de forma positiva, contribui expressivamente para o aumento da autoestima na formação da identidade social e individual, na construção de conceitos e na interação com o outro. Na escola (...) contribuirá para a criança se sentir mais motivada e incluída no ambiente escolar e no processo educativo.⁸³ [grifo nosso]

Fomentar discussões em sala que considerem a diversidade e sobretudo, tornar explícito que cada indivíduo possui características próprias que não o inferiorizam diante do outro, coloca-se como uma obrigação dos estabelecimentos de ensino. No caso da população negra, a presença de personagens que dispõem de traços representativos do negro, como a cor da pele, formato do nariz, o crespo ou cacheado do cabelo, possibilita o reencontro com sua estética.

A introdução dessa temática ainda na primeira infância não impede que as crianças sofram ao longo da vida com alguma atitude racista, não as imuniza do preconceito racial, mas sem dúvida contribui para a não absolvição do padrão ideal branco como o único possível. Pensando nisso, a tarefa dessa narrativa é buscar na literatura infantil afro-brasileira aportes para educar sobre o cabelo na atualidade, já que se demonstrou que esse assunto está longe de ser elucidado nos estabelecimentos de ensino e entre a produção de materiais voltados para a estética e história da população negra.

Evidente que a literatura infantil e a retratação do negro em suas obras possui uma história própria, ligado a determinados processos históricos que se desenrolaram no Brasil ao longo do tempo e concepções difundidas e aceitas na sociedade, logo, não é demasiado considerar que “a literatura infantil sempre esteve permeada por concepções estéticas que modelam um padrão de beleza idealizado (...) padrão este que não corresponde às características identitária da população negra⁸⁴”. Para que houvesse mudanças nesse quadro, muitos embates precisaram ser travados.

⁸³ ARAÚJO, Jurandir A., MORAIS, Rossival S. A relevância em se trabalhar a literatura infantil afro-brasileira na educação infantil. 2014, p.3. Disponível em: http://www.africaniasc.uneb.br/pdfs/n_5_2014/jurandir_de_almeida_araujo.pdf Acesso: 18/12/2017.

⁸⁴ LOBATO, Ladyane S., SANTOS, Ana Rosa P. Personagens negros na literatura infantil: análise de *O menino Nito*, de Sonia Rosa. IV FIPED, p. 7. Disponível em: http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/d0a7818d2b0e8561c6a3ee99e32f98ce_2749.pdf Acesso: 18/12/2017.

A literatura infantil brasileira, nos dias atuais, apresenta (...) várias obras que valorizam a identidade, a cultura, a religião e os contos de tradição africana. Nessas obras, o personagem negro ocupa, muitas vezes, o papel de protagonista, desta vez, através de imagem menos estereotipadas.⁸⁵

Fazendo uso de alguns apontamentos fornecidos por outros autores e levantamento em sites de busca na internet sobre obras literárias que fazem referência ao cabelo crespo e cacheado, nos deparamos com uma produção bastante rica. Nas obras encontram-se semelhanças e dessemelhanças na maneira que cabelo é visto, representado e apresentado entre os grupos que compõem o continente africano.

Exemplificando esse tratamento do cabelo entre os povos africanos e afrodescendentes, o site eletrônico *GELEDÉS – Instituto da mulher negra*⁸⁶ preparou uma lista de 100 livros infantis com meninas negras e, dentre as abordagens, o cabelo crespo/cacheado está presente, quando não como centro da narrativa, na estética das personagens. Destaca-se entre as obras algumas mais conhecidas e acessíveis, como: *As tranças de Bintou*⁸⁷, escrito por Sylviane A. Diouf e ilustrado por Shane W. Evans; *O mundo no black power da Tayó*⁸⁸, de Kiusam de Oliveira e ilustrações de Taisa Borges; *Menina bonita do laço de fita*⁸⁹, de Ana Maria Machado, ilustração de Claudius; *Betina*, de Nilma Lino Gomes⁹⁰, ilustrações de Denise Nascimento; *Dandara seus cachos e caracóis*⁹¹, escrito por Maíra Suertegaray e ilustrado por Carla Pilla.

Além das mencionadas obras que trazem personagens femininas como protagonistas, a obra *Chico Juba*⁹² escrita por Gustavo Gaivota, com ilustrações de Rubem Filho, conta a história de um menino que vivia fazendo experimentos para mudar seus cabelos e que, posteriormente, passa a experimentar seu cabelo de diferentes modelos e acessórios, aceitando-o. Claro que histórias com personagens masculinos que tratem sobre o cabelo crespo/cacheado ainda não são tão comuns na literatura infantil negra.

Todas as referidas obras estão disponíveis para download ou em formato áudio visual na internet, portanto, são acessíveis a educadores e demais interessados. Além

⁸⁵ *Id., ibid.*, p. 8.

⁸⁶ 100 livros infantis com meninas negras. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/100-livros-infantis-com-meninas-negras-50100-parte-i/> Acesso: 18/12/2017.

⁸⁷ DIOUF, S. A. **As tranças de Bintou**. São Paulo: Cosac e Naif, 2004.

⁸⁸ OLIVEIRA, Kiusam. **O mundo no black power da Tayó**. Ed. Peiropolis, 2013.

⁸⁹ MACHADO, Ana Maria. **Menina bonita do laço de fita**. Ática, 2000.

⁹⁰ GOMES, Nilma Lino. **Betina**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

⁹¹ SUERTEGARAY, Maíra. **Dandara seus cachos e caracóis**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2015.

⁹² GAIVOTA, Gustavo. **Chico Juba**. Belo Horizonte: Mazza, 2011.

disso, ao falar sobre descobertas, aceitação, compreensão da história de seus cabelos, significações do cabelo na cultura de um povo, as narrativas ofertam representações positivas do cabelo e respondem dilemas que muitas crianças carregam acerca de seus cabelos.

Diante da problemática levantada, buscar-se-á aprofundar tal temática a partir da análise da referenciada obra de literatura infantil *O cabelo de Lelê* (figura 1), escrita por Valéria Belém e ilustrada por Adriana Mendonça. A abordagem da obra está inserida no debate produzido nos capítulos anteriores, logo, com *O cabelo de Lelê* objetivamos apontar, de forma sucinta, alguns indicadores que tornam adequado o uso da obra para tratar o cabelo crespo/cacheado no ambiente educacional.

A obra, publicada pela primeira vez em 2007 na Editora Nacional, conta a história de Lelê, uma menina afrodescendente que passa por alguns dilemas em relação ao seu cabelo, questionando o porquê de possuir tantos cachos e, assim, embrenhando-se na busca por respostas. Foram selecionadas algumas imagens que melhor sintetizam o objetivo da narrativa da obra.

A narrativa posta em *O cabelo de Lelê* foi tratada como sugestão de abordagem do cabelo crespo/cacheado em sala de aula, procurando aguçar no alunado o senso crítico acerca da estética negra e a história que os fios de cabelo carregam, contribuindo para uma construção identitária positiva ainda na infância. A escolha da obra justifica-se por ser de fácil acesso, compondo também o banco de obras disponíveis pelos “Programas do livro” do FNDE.

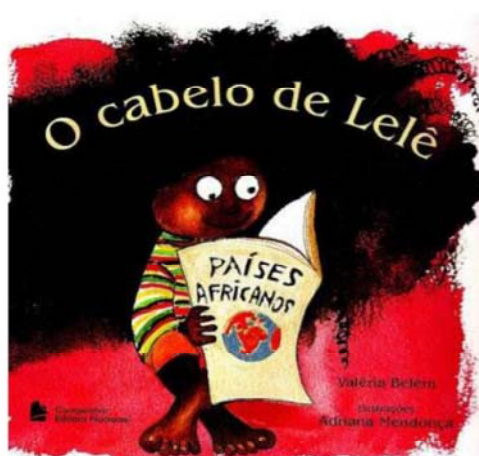


Figura 1: capa do livro *O cabelo de Lelê*⁹³

Já na capa (Figura 1) Lelê aparece com os cabelos soltos, descalça e com roupas de cores fortes, segurando um livro com os escritos “Países africanos”. As cores fortes tendem a chamar a atenção, despertar o interesse do pequeno leitor e são bastante características em livros de literatura infantil. Ao mesmo tempo, as cores escolhidas suscitam questões sobre a intencionalidade da ilustradora, se há uma referência ao multicolorido dos povos africanos, o que se repete durante todo o livro.

Independente do livro ser trabalhado em uma contação de histórias, esteja disposto na biblioteca e/ou nos cantinhos de leitura das salas de aula, a capa do livro é um elemento importante, pois pode ser decisivo para o início de uma leitura ou não, sendo também a “carta de apresentação” da obra, lugar no qual brotam as primeiras impressões, logo, *O cabelo de Lelê* cumpre bem esse papel, assim como concretiza antigas reivindicações que foram formalizadas no processo educacional com Lei 10.639/03.

Nessa continuidade, a figura 2 (abaixo) corresponde à primeira página da narrativa e nela Lelê aparece reflexiva ao olhar para o cabelo. Além da ilustração do cabelo volumoso que toma conta de uma página inteira do livro, seu semblante questionador, o narrador anuncia que Lelê não gosta do que vê ao observar seu cabelo e, a partir da inquietação sobre a origem de seus cachinhos, começa a busca por respostas.



Figura 2: *O cabelo de Lelê*⁹⁴

⁹³ BELÉM, Valéria. *O cabelo de Lelê*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

⁹⁴ BELÉM, Valéria. *O cabelo...* *op. cit.*, p. 4-5.

As figuras 2, 3 e 4 constituem esse primeiro bloco no qual a personagem examina seu cabelo, indaga o porquê da sua textura/formado e tenta encontrar algum jeito de lidar com o cabelo volumoso. As situações ilustradas/contadas nas referidas páginas fazem parte da vivência de muitas crianças e jovens que possuem cabelos crespos/cacheados pois, diferente do cabelo liso/alisado, essa textura de cabelo é tratada na sociedade como algo que necessita ser “arrumado”, “domado” e a liberdade de usá-lo solto sem ser sinônimo de “bagunça”, pouco cuidado, não faz parte da mentalidade de boa parte da população brasileira.



Figura 3: *O cabelo de Lelê*⁹⁵



Figura 4: *O cabelo de Lelê*⁹⁶

Através do uso da literatura infantil, a escola pode perfeitamente olhar para seu alunado, em grande maioria negros e negras, e diagnosticar se a estética negra, o respeito a diversidade étnica é um debate esgotado e/ou um problema superado na escola. Da mesma forma, cabe aos educadores está atento para perceber quantos “Lelês” estão na

⁹⁵ BELÉM, Valéria. *O cabelo... op. cit.*, p. 6-7.

⁹⁶ BELÉM, Valéria. *O cabelo... op. cit.*, p. 8-9.

sala de aula questionando o porquê de seus traços ou agredindo colegas por não ter tido uma educação étnico-racial atenta às diferenças.

... um dos caminhos para a ampliação do estudo da questão racial no campo da educação, na tentativa de compreender a sua relação com o universo simbólico, pode ser a construção de **um olhar mais alargado sobre a educação como processo de humanização** (...) Podemos, então, **captar as impressões representações e opiniões dos sujeitos negros sobre a escola, elegendo (...) temáticas que nem sempre são destacadas em nosso campo de atuação e que mereceriam um estudo mais profundo.** A relação do negro com o corpo e o cabelo é umas dessas temáticas.⁹⁷ [grifo nosso]

Lelê é uma criança negra que, pelo fato de questionar as origens de seu cabelo, supõe-se que não teve muitas referências positivas sobre os seus cachos, nem informações que pudessem lhe ajudar a perceber as histórias que carregam seus fios. Podemos questionar também, a partir das ilustrações, se o cabelo cacheado de Lelê não foi retratado de modo caricato, exagerado, já que o volume do cabelo está sempre em evidência. Tal interpretação é válida e merece ser respeitada, no entanto, enxergamos um “tudo bem” se você possuir/possuísse o cabelo igual ao de Lelê, pois não há nada errado, risível ou vergonhoso na textura e volume desse cabelo.

Para além dessa estética que precisa ser trabalhada em sala, a obra *O cabelo de Lelê* abre as portas para outro aspecto importante sobre o cabelo crespo/cacheado. Atentemos então para o seguimento da narrativa para percebermos a raiz histórica que Lelê ressalta a partir do cabelo e acerca do seu cabelo. Considerando que “toda pergunta exige uma resposta⁹⁸”, Lelê se põe a procurar e é no livro “Países africanos” que ela se reconhece, ou seja, o entendimento histórico do cabelo provoca o sentimento de identidade, como visto a seguir.

⁹⁷ GOMES, Nilma Lino. *Trajetórias...*, *op. cit.*, p. 40.

⁹⁸ BELÉM, Valéria. *O cabelo...* *op. cit.*, p. 08.



Figura 5: *O cabelo de Lelê*⁹⁹



Figura 6: *O cabelo de Lelê*¹⁰⁰



Figura 7: *O cabelo de Lelê*¹⁰¹

Sobre a identidade negra enquanto constructo social, cultural e histórico, o texto, atrelado às ilustrações, retrata tais etapas entre as figuras 5, 6 e 7. Apesar do cabelo

⁹⁹ BELÉM, Valéria. *O cabelo... op. cit.*, p. 12-13.

¹⁰⁰ BELÉM, Valéria. *O cabelo... op. cit.*, p. 14-15.

¹⁰¹ BELÉM, Valéria. *O cabelo... op. cit.*, p. 16-17.

cresto/cacheado significar apenas um dos elementos possíveis dessa identidade negra, Lelê lança um novo olhar sobre si, sob sua estética, a partir da relação que estabelece com seus antepassados e com sua história, aqui evidenciado na diversidade de cabelos dos povos africanos. O cabelo figura não como algo individual na história vivida por Lelê, mas é visto enquanto coletividade.

Tendo em vista a elaboração de caminhos para a abordagem da estética e a história do cabelo crespo/cacheado em sala, uma das possibilidades vislumbradas é o enriquecimento da narrativa da história de Lelê utilizando outros recursos.

As pesquisas realizadas mostraram que a literatura infantil afro-brasileira ainda é insipiente; permanece, portanto, o desafio de enriquecê-la no sentido de se contribuir para a construção de uma identidade racial por intermédio da leitura, fazendo cumprir, desta forma, as disposições presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Implementação das Relações Étnico-Raciais.¹⁰²

A figura 5 ilustra o momento no qual Lelê depara-se com o livro “Países africanos” e pode ser também o momento para nós educadores trazermos um pouco mais da história do cabelo crespo/cacheado para a aula, já que Lelê descobre alguns indícios de seu pertencimento (figura 6), poderíamos nesse momento da narrativa agregar outros elementos ao livro “Países africanos”, falando e mostrando o significado e uso do cabelo em determinadas culturas africanas, bem como a utilização de adornos e acessórios.

Para essa empreitada, o livro já citado *Cabelos de Axé: identidade e resistência* pode constituir como uma referência enriquecedora¹⁰³, mas também é esperado do professor o “acesso a uma formação que abranja assuntos étnico-raciais que possam desenvolver no aluno uma auto-aceitação na admissão dos seus traços afrodescendentes,¹⁰⁴” não sendo uma grande dificuldade criar mecanismos para trabalhar o cabelo crespo/cacheado em sala de aula.

Percebendo essa ideia de processo que o livro *O cabelo de Lelê* demonstra, o terceiro momento do livro, póstero a descoberta das raízes ancestrais que Lelê trazia no enrolado do cabelo, pode ser entendido como o instante de libertação da personagem,

¹⁰² GONÇALVES, Thaís, MOURA, Paula Nascimento da Silva. Literatura infantil e identidade: análise da obra “o cabelo de Lelê”. *Revista Científica da FHO/UNIRARAS*, v. IV, nº 1, 2016, p. 7. Disponível em <http://www.uniararas.br/revistacientifica/documentos/art.021-2016.pdf> Acesso: 18/12/2017.

¹⁰³ LODY, Raul Giovanni de Motta. *Cabelos de axé: identidade e resistência*. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004.

¹⁰⁴ FELIX, Sayara de Brito. *Cabelo...*, *op. cit.*, p.7.

retratado na figura 8. Esta passa a apreciar seu cabelo, descobrindo “a beleza de ser como é”¹⁰⁵, alimentando sua identidade negra.



Figura 8: *O cabelo de Lelê*¹⁰⁶

A ligação histórica, ancestral, aparece novamente na figura 9, através da afirmação da identidade de Lelê. O narrador afirma que Lelê agora sabe que em cada cachinho está presente um pedaço de sua história, fazendo uma referência ao continente africano, ou seja, aquele conflito inicial que Lelê passou por não compreender as origens de seu cabelo, por não saber como “arrumar” o cabelo, é resolvido quando ela se reconhece em sua história. As características dos seus cabelos que antes causavam incômodo agora são tratadas com orgulho e consciência.



Figura 09: *O cabelo de Lelê*¹⁰⁷

¹⁰⁵ BELÉM, Valéria. *O cabelo... op. cit.*, p. 23.

¹⁰⁶ BELÉM, Valéria. *O cabelo... op. cit.*, p. 22-23.

¹⁰⁷ BELÉM, Valéria. *O cabelo... op. cit.*, p. 26-27.

Por fim, o livro encerra com uma mensagem importante para pensarmos a educação para as relações étnico-racial, pois ilustra três crianças com traços diversos e em harmonia consigo mesmas e com as outras (figura 10). A imagem não deve ser significada como atestado de uma suposta democracia racial no Brasil, mas ilustra uma cena harmoniosa das relações étnico-raciais que podemos buscar construir.



Figura 10: *O cabelo de Lelé*¹⁰⁸

Como foi ressaltado no decorrer do texto, a implantação da Lei 10.639/03 que tornou o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira obrigatório nos currículos escolares não se tratou de uma substituição do currículo eurocêntrico, branco, por um currículo que aborde apenas a negritude, a África e os afro-brasileiros, mas busca o equilíbrio dessas relações raciais que, historicamente, privilegiaram a branquura em detrimento dos outros.

Esse desconhecimento das experiências de ser, viver, pensar e realizar de descendentes de africanos, bem como de índios e asiáticos, faz com que ensinemos como se a sociedade fosse monocultural, tornando-nos incapazes de captar imagens e vozes ausentes nos currículos, esbarrando sempre na estereotipia e nos velhos (pre)conceitos¹⁰⁹, quadro que vem mudando, mas ainda há muito por fazer.

¹⁰⁸ BELÉM, Valéria. **O cabelo...** *op. cit.*, p. 28-29.

¹⁰⁹ SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Aprender...** *op. cit.*, p. 501.

Considerações Finais

Educar para as relações étnico-raciais a partir do cabelo crespo/cacheado não foge a proposta curricular do processo educacional formal, muito pelo contrário, compactua com as orientações da Lei 10.639/03, sendo reafirmado essa possibilidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, em 2004.

Educar a partir do cabelo crespo/cacheado parte, a princípio, da necessidade de se desconstruir na sociedade a estereotipia da brancura, que o bom e o belo deve possuir traços pré-determinados, o que não atende as características reais da sociedade brasileira. Parte também da urgência em intervir nessa visão cruel sobre os cabelos crespos e cacheados que fazem crianças, jovens e adultos sentirem vergonha dos seus fios, do volume de seus cabelos, mutilando sua identidade negra através de procedimentos químicos e estéticos.

O questionamento que os estabelecimentos de ensino e educadores devem fazer ao observar o alunado é simples: a estética negra é um debate esgotado e um possível problema elucidado na escola/sala de aula? Caso a resposta seja negativa, a educação deve ser aporte na vida daqueles que sofrem, praticam e compactuam com atitudes preconceituosas, discriminatórias e racistas manifestadas através do cabelo crespo/cacheado.

Sobre os caminhos tomados para a elaboração do trabalho monográfico, a primeira preocupação foi tentar demonstrar que os avanços no campo educacional, no que se refere a população negra, foi resultado de processos longos de luta, de pressão de movimentos sociais negros e simpatizantes a causa, logo, devemos buscar maneiras de ampliar esse debate na academia, nas escolas e porque não, em nosso cotidiano.

O cabelo, que para alguns para alguns indivíduos pode figurar como um traço menos importante, na cabeça de grupos étnicos é um elemento forte que impulsiona e reflete as desigualdades sociais, preconceitos raciais históricos que se camuflam é uma suposta harmonia dos grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira. Nosso papel, enquanto sujeitos humanos e educadores, é buscar maneiras de escancarar esses problemas de cunho racial, atuando com o mesmo afinco na solução destes.

Um dos caminhos possíveis e aqui ressaltado é o uso da literatura, como um todo, e em especial da literatura infanto-juvenil. É importante que as crianças cresçam conhecendo a si próprias, que se reconheçam e sintam-se incluídas e a literatura infantil,

quando usada corretamente, desempenha esse potencial formador. Explanando a potencialidade que esse gênero literário carrega, a obra *O cabelo de Lelê* forneceu, com sensibilidade, uma pequena dose do que pode ser o trabalho com o cabelo crespo/cacheado na primeira infância. Existe em cada cabelo, para além da estética dos fios, raízes que ligam o sujeito a sua ancestralidade, a sua história. Essas raízes são elos identitários que permite que nos reconheçamos no mundo e nesse sentido cabe à escola e ao seu corpo docente e administrativo, saber explorar.

Referências

- ALCARAZ, Rita de Cássia Moser, MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira. A literatura infanto-juvenil como possibilidade de afirmação da identidade negra. Florianópolis: **Revista da Anpoll**, nº 41. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/viewFile/873/871> Acesso: 11/11/2017.
- ALENCAR, Erick Cauann M., VARELA, Gabriely Nascimento. A importância do combate ao racismo no ambiente escolar – Lei 10.639/03 e as dificuldades em sua efetivação. **III Congresso Nacional de Educação**, 2016, p. 9. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA9_ID768_17082016212612.pdf Acesso: 20/09/2017.
- ARAÚJO, Débora Oyayomi C., SILVA, Paulo V. Baptista. Diversidade Étnico-Racial e a Produção Literária Infantil: análises de resultados. In: BENTO, Maria Aparecida S. (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: CEERT, 2012, p. 95. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11283-educa-infantis-conceituais&Itemid=30192 Acesso: 02/01/2018.
- ARAÚJO, Jurandir A., MORAIS, Rossival S. A relevância em se trabalhar a literatura infantil afro-brasileira na educação infantil. 2014. Disponível em: http://www.africaniasc.uneb.br/pdfs/n_5_2014/jurandir_de_almeida_araujo.pdf Acesso: 18/12/2017.
- BELÉM, Valéria. **O cabelo de Lelê**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- BRASIL.CNE. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. RESOLUÇÃO Nº 1, de 17 de Junho de 2004.
- DIAS, Lucimar Rosa. Políticas públicas voltadas para as diversidades: a igualdade racial na educação infantil – um caminho a ser percorrido. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v. 4, n.2, dez. 2015.

_____. Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais - da LDB de 1961 a lei 10.639, de 2003. In: ROMÃO J. (Org.). **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília, DF: Secad, 2005. p. 49-62.

DIOUF, S. A. **As tranças de Bintou**. São Paulo: Cosac e Naif, 2004.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online]. 2007, vol.12, n.23, p.100-122. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141377042007000200007&script=sci_abstract&lng=pt Acesso: 11/11/2017.

FELIX, Sayara de Brito. Cabelo bom. Cabelo ruim: a construção da identidade afrodescendente na sala de aula. **Revista África e Africanidades** – Ano 3 – n. 11, 2010. Disponível em: http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/01112010_25.pdf Acesso: 02/12/2017.

FIGUEIREDO, Ângela. **Cabelo, cabeleira, cabeluda e descabelada: identidade, consumo e manipulação da aparência entre os negros brasileiros**. Caxambu: XXVI Região Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2002.

GAIVOTA, Gustavo. **Chico Juba**. Belo Horizonte: Mazza, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília, MEC, SECAD, 2005. P. 39-62. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf> Acesso: 11/11/2017.

_____. As práticas pedagógicas com as relações étnico-raciais nas escolas públicas: desafios e perspectivas. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/03**. Brasília: MEC; Unesco, 2012.

_____. **Betina**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

_____. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelo-como-s%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf> Acesso: 23/11/2017.

_____. Educação e identidade negra. **Aletria**, 2002, p. 39. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/viewFile/1296/1392> Acesso: 26/09/2017.

_____. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo reprodução de estereótipos ou resignificação cultural?** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03.pdf> Acesso: 23/11/2017.

GONÇALVES, Thaís, MOURA, Paula Nascimento da Silva. Literatura infantil e identidade: análise da obra “o cabelo de Lelê”. **Revista Científica da FHO/UNIRARAS**, v. IV, nº 1, 2016. Disponível em http://www.uniararas.br/revistacientifica/_documentos/art.021-2016.pdf Acesso: 18/12/2017.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios.** Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – IBGE, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf Acesso: 19/09/2017.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015/** IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>. Acesso: 19/09/2017.

JOVINO, Ione da Silva. Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil. In: SOUZA, Forentina, LIMA, Maria Nazaré (Orgs.). **Literatura afro-brasileira.** Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. Disponível em: http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_257.pdf Acesso: 18/12/2017.

LIMA, Thaísa de Oliveira. Sei que existe, mas não quero ver: o preconceito com crianças negras na educação infantil. **Itinerarius Reflectionis**, vol.1, n.10, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/20447> Acesso: 22/09/2017.

LOBATO, Ladyane S., SANTOS, Ana Rosa P. Personagens negros na literatura infantil: análise de *O menino Nito*, de Sonia Rosa. IV FIPED. Disponível em: http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/d0a7818d2b0e8561c6a3ee99e32f98ce_2749.pdf Acesso: 18/12/2017.

LODY, Raul Giovanni de Motta. **Cabelos de axé**: identidade resistência. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004.

MACHADO, Ana Maria. **Menina bonita do laço de fita**. Ática, 2000.

MEC. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Ministério da Educação SECADI. Brasília: MEC, SECADI, 2013, p. 19. Disponível em: http://www2.tce.rs.gov.br/pvrweb/PK_PORTAL_AGENDA_BLOBS.ptc_agenda_blob?p_anexo=5711 Acesso: 18/12/2017.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **A cidadania em construção**: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994, p. 177-187.

OLIVEIRA, Fatima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 50, v. 18, p. 57-60, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100006 Acesso: 25/09/2017.

OLIVEIRA, Kiusam. **O mundo no black power da Tayó**. Ed. Peiropolis, 2013.

OSORIO, Guerreiro Rafael. A classificação de cor ou raça do IBGE revisitada. In: **Características Étnico-Raciais da População**: classificações e identidades. Rio de Janeiro, 2013, p. 83-99. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf> Acesso: 19/09/2017.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. **Literatura Negra Infanto-Juvenil**: Discurso afro-brasileiro em construção. Natal/RN: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014. Disponível em:

http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402019754_ARQUIVO_textoABAL_uenaPereira.pdf Acesso: 02/01/2018.

PEREIRA, Rafaela. Corpo, cabelo e identidade. **LITERAFRO**. Disponível em: <http://150.164.100.248/literafro/data1/arquivos/nilmareseharafaela.pdf> Acesso: 30/11/2017.

QUINTÃO, Adriana Maria Penna. **O que ela tem na cabeça?** Um estudo sobre o cabelo como performance identitária. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, 2013.

ROCHA, Solange P. Identidade racial e cidadania na educação infantil. In: FONSECA, Ivonildes da Silva, COSTA, Marta Furtado, CHAGAS, Waldeci F. (Orgs). **Estudos étnicos-raciais na educação básica**. João Pessoa: Ed. Imprell, 2016.

SANTOS, Ana Lucia R., CONCEIÇÃO, Milena Barbosa, BRITO, Dyane. **Cabelo, cabeleira, cabeluda, descabelada**: a importância do cabelo na construção da identidade da raça negra. III Encontro Baiano de Estudos em Cultura, p. 3. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Cabelo-Cabeleira-Cabeluda-Descabelada-A-importa%C3%83%C3%87ncia-do-cabelo-na-constru%C2%8D%C2%8Bo-da-identidade-da-rac%C3%8C%C2%A7a-negra.pdf> Acesso: 30/11/2017.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre/RS ano XXX, n. 3 (63), 2007, p. 489-506. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2745/2092> Acesso: 22/09/2017.

SOUZA, Florentina, LIMA, Maria Nazaré (Orgs.). **Literatura afro-brasileira**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. Disponível em: http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_257.pdf Acesso: 18/12/2017.

SUERTEGARAY, Maíra. **Dandara seus cachos e caracóis**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2015.